



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- 28 de abril de 2017 -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Boa noite, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Sr. Vereador, Sras. Deputadas desta Assembleia, Srs. Deputados, caros Marcoenses aqui presentes hoje, órgãos de informação.

Como temos quórum já, vamos, então, dar início aos trabalhos desta nossa sessão de abril. E antes de darmos início aos trabalhos, íamos ler quatro (4) tomadas de posse.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do Cartão de Cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, e Contribuinte n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Lúcia da Conceição Azevedo, portadora do Cartão de Cidadão n.º 104490292ZY6, válido até 27.12.2021, e Contribuinte n.º 202368041, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Socialista (PS), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu,



Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Lídia Azevedo (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Fernanda Maria Aires Barbosa, portadora do Cartão de Cidadão n.º 099187701ZY6, válido até 05.08.2020, e Contribuinte n.º 191731900, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Bruno Miguel Morais Magalhães Pinto, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Socialista (PS), da eleição realizada a 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Bruno Miguel Morais Magalhães Pinto. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Fernanda Barbosa (PS) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu José Correia da Fonseca, portador do Cartão de Cidadão n.º 009737804ZY2, válido até 18.05.2020, e Contribuinte n.º 148571417, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Benjamim Francisco Marques, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do n.º 2 do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Exmo. Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista da CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP/PEV), da eleição realizada no dia 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Benjamim Francisco Marques. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos



que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- José Fonseca (PCP/PEV) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, entrar na ordem de trabalhos, e no **Período de antes da ordem do dia**.

E antes de entrarmos no Ponto n.º 1.1, queria só dar conhecimento aos Srs. Deputados e Deputadas desta Assembleia de que recebemos nos nossos serviços da Assembleia Municipal duas (2) comunicações, e queria começar a dizer-vos: uma foi a suspensão de um Vereador da Câmara Municipal, do Sr. Vereador, Eng.º Agostinho de Sousa, que pediu por um período de sessenta (60) dias, nos termos do artigo, a sua suspensão de mandato. Recebemos também uma comunicação nos nossos serviços de uma renúncia de mandato, da Sra. Vereadora do Marco Confiante com Ferreira Torres, Dra. Natália Ribeiro.

Íamos, então, ao **Ponto n.º 1.1**, Apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezassete.

Penso que os Srs. Deputados estão neste momento em condições de votar a ata, iríamos votar a ata em bloco. Eu iria comunicar só quem são as pessoas que não podem votar esta ata. Portanto, quem não vai poder votar são as pessoas que eu vou ler: Lídia da Conceição Azevedo, Fernanda Maria Aires Barbosa, José Correia da Fonseca, João Ricardo Rebuge Pereira, António Maria Fernandes Esteves e Maria de Fátima Barbosa Ribeiro. Portanto, estas pessoas não se vão poder pronunciar sobre a ata.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a ata foi aprovada por unanimidade.

Íamos ao **Ponto n.º 1.2**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. E portanto, pedia aos Srs. Deputados, às pessoas que se quisessem inscrever neste ponto, o favor de o poder fazer. Eu vou ler o nome das pessoas que se inscreveram, e portanto, agradecia que se não disser o nome de alguém que fez a sua inscrição, o favor de avisar: Patrícia Vieira, Olímpio Almeida, Manuela Ferreira, Miguel Carneiro, Mário Bruno, Joaquim Madureira, e eu vou inscrever o Mário Luís, porque ele me tinha pedido para ser inscrito, mandou-me uma mensagem a dizer que ia chegar um pouco atrasado, se eu o podia inscrever, isso é algo que já fiz mais vezes, e portanto, vou inscrever o Mário Luís. Portanto, não há mais ninguém inscrito.

Dava a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Sr. e Sra. Vereadora, membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, público que nos ouve pelos meios de comunicação social, meios de comunicação social:



Com uma área aproximadamente de duzentos e dois quilómetros quadrados (202 km²), distribuída atualmente por dezasseis (16) freguesias, o Concelho de Marco de Canaveses tem uma vasta extensão de rede viária que liga o concelho entre as várias e as próprias freguesias e entre outros concelhos vizinhos. Tem uma população residente de mais de cinquenta mil (50.000) habitantes.

Considerando que:

- A sinistralidade rodoviária, fruto do desenvolvimento civilizacional e do aumento da circulação de veículos na rede viária;
- As suas causas estabelecem-se numa dinâmica em que intervêm quatro (4) fatores interrelacionados: humano, veículo, via e ambiente;
- Para fazer face à elevada sinistralidade rodoviária registada em Portugal, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, através da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária, propôs-se promover um conjunto de atividades desenvolvidas por entidades públicas e privadas, de forma transversal, tendo em vista a concretização de objetos claros, precisos e quantificáveis em matéria de segurança rodoviária;
- É deste modo, a prosseguir com o objetivo de tornar Portugal num dos dez (10) países europeus com índice de sinistralidade mais baixos, é necessária a intervenção de entidades públicas e privadas, bem como da comunidade em geral;
- O flagelo da sinistralidade rodoviária em meio urbano é uma das grandes problemáticas dos nossos tempos, e reconhecendo a importância do poder autárquico como agente fundamental para a implementação de políticas locais de aplicação de Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária;

O Marco Positivo recomenda que a Câmara Municipal de Marco de Canaveses adira ao desafio lançado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e elabore o seu Plano Municipal de Segurança Rodoviária.

Constatando-se os frequentes comportamentos abusivos, a falta de civismo na condução, a ausência de coordenação entre as diversas entidades intervenientes na segurança rodoviária, o insuficiente conhecimento das causas da sinistralidade, a conceção imperfeita das infraestruturas e deficiências de manutenção e sinalização, a falta de fiscalização sobre os infratores, além de outras situações indesejáveis, torna-se imperativo abordar as múltiplas vertentes na elaboração deste plano, e continuar a traçar o rumo para uma segurança rodoviária sustentável.

Este documento teria como objetivos combater a sinistralidade rodoviária e apontar medidas para a melhoria das infraestruturas e ordenamento do trânsito no Concelho de Marco de Canaveses. O Plano Municipal de Segurança Rodoviária pretendia promover medidas eficazes para estimular os automobilistas e peões a cumprirem as regras de segurança, de forma a reduzir a exposição destes ao risco do acidente. O alcance destas medidas será alavancado com uma clara aposta em ações de sensibilização.



A concretização deste plano apenas é possível através do envolvimento das várias áreas internas da autarquia, bem como as entidades externas, designadamente a GNR, que direta ou indiretamente possam contribuir para a melhoria da mobilidade, do comportamento cívico e da prevenção rodoviária. As ações em prol desta segurança rodoviária têm um custo extremamente baixo em relação ao custo humano, social e económico da insegurança rodoviária. A concretização deste plano terá como missão salvar vidas nas estradas. Este seria, então, o nosso compromisso. Neste quadro, contamos com o Executivo Camarário para que juntos possamos prestar um serviço de excelência.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público, comunicação social, Marcoenses:

O assunto que me traz aqui hoje é a legalidade. Esta Assembleia Municipal, na sua sessão de 19 de setembro de 2015, aprovou o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, e não em 28 de fevereiro de 2015, conforme consta erradamente na página oficial da Câmara Municipal.

O Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, no seu art.º 25.º, prevê que os membros do Conselho tomem posse perante a Assembleia Municipal. Acontece que na reunião do Conselho Municipal de Segurança de 1 de fevereiro de 2017, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Presidente do Conselho, não cumpriu o regulamento e concedeu posse a um membro, tendo o mesmo participado nessa reunião, tornando esta passível de nulidade nos termos do art.º 161.º do Código do Procedimento Administrativo, por o ato carecer de forma legal.

O art.º 10.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança refere que o Presidente deve incluir na ordem de trabalhos os assuntos que lhe forem solicitados com a antecedência mínima de vinte (20) dias em relação à data da reunião, podendo ainda ser incluídos assuntos de reconhecida urgência apresentados na reunião, desde que a maioria dos membros presentes não se oponha à sua inclusão na ordem de trabalhos. O Sr. Presidente do Conselho, a arpeio do aqui referido, na reunião de 13 de março de 2017, apresentou e comentou um assunto não constante na ordem de trabalhos, sem que para o efeito tenha previamente consultado os membros presentes.

O Conselho Municipal de Segurança não é um objeto decorativo do município, mas sim um órgão de consulta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, e rege-se pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto, e pelo Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. O procedimento seguido pelo Sr. Presidente do Conselho, Dr. Manuel Moreira, desrespeita o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança e implicitamente esta Assembleia Municipal.



Face ao referido, em reuniões futuras do Conselho Municipal de Segurança, caso se voltem a verificar violações grosseiras ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, eu respeitosa e ausentando-me desta reunião.

E para terminar, foi anunciada em tempos pelo Executivo Municipal a criação de cinco (5) espaços de atendimento ao público. Tenho ideia de que ainda não terão sido criados. No entanto, já foram admitidas seis (6) pessoas para esses fins, e eu gostaria de saber do Executivo quais são as tarefas que estão a ser desempenhadas por essas pessoas admitidas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada Manuela Ferreira.

--- Manuela Ferreira (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados:

Em outubro próximo irão realizar-se as Eleições Autárquicas. As competências e a intervenção dos municípios em matéria de educação, nos últimos anos, aumentaram, não só na educação pré-escolar e 1.º ciclo, mas noutros níveis de ensino. As autarquias assumem hoje um papel de crucial importância nas políticas de proximidade da educação e na provisão de recursos para os alunos e para as suas famílias.

A nossa autarquia tem-se mostrado capaz e apetrechada para este ambicioso papel educativo: possui um pelouro da educação, ao qual se encontram atribuídas diversas competências, constituído por uma equipa de pessoas que se tem mostrado eficaz em apoiar o desenvolvimento e a dinamização de políticas educativas ao nível local, isto já para não falar na questão orçamental. Embrenhada em dificuldades financeiras que todos conhecemos, esta autarquia tem demonstrado que a educação não é uma prioridade esquecida, dedicando-lhe, no ano em curso, vinte e dois vírgula seis por cento (22,6%) do seu Orçamento.

Sabemos que uma sociedade e uma economia fortes não são possíveis sem cidadãos bem formados, devidamente qualificados, competentes e envolvidos. Os alunos de hoje são os cidadãos de amanhã; representam, por isso, o nosso investimento de longo prazo no futuro. Devemos trabalhar juntos para garantir o seu sucesso. Quando toda uma comunidade trabalha de forma conjunta, em parceria, para melhorar a educação, todos saem beneficiados: as escolas, com o aumento da satisfação e realização profissional dos docentes; os pais, que passam a valorizar mais o trabalho dos professores e colaboram mais com eles; a escola, que melhora a sua imagem junto da comunidade; as empresas, porque passam a contar com mão de obra mais qualificada; finalmente, beneficiam os alunos, porque se sentem mais motivados e confiantes nas suas capacidades, e conseqüentemente aprendem melhor.

Desta forma, toda a comunidade educativa, nomeadamente os pais e encarregados de educação e outros parceiros privilegiados, como a autarquia e as empresas, entre outros, devem também ser chamados a participar mais ativamente na escola, na medida em que a sua



intervenção pode constituir uma mais valia organizacional no apoio à tomada de decisões, na promoção da educação dos alunos, e no fortalecimento das relações internas e externas. Em democracia e em liberdade, todos juntos somos capazes de conseguir o que, sozinhos, seria possível.

A necessidade de continuarmos a melhorar a qualidade das escolas do nosso concelho, bem como do serviço educativo que nelas se presta, é uma realidade. Que cada um seja, então, o protagonista do mundo onde quer viver, e que cada um sinta esta missão como sua.

Gostaria, antes de finalizar, de desejar àqueles que a partir de outubro se irão ocupar da educação no nosso município um mandato ativo e cheio de sucessos, e sobretudo que nunca percam o rumo de onde queremos chegar. Às vezes, até contra a evidência é preciso e possível articular, coordenar, dialogar e encontrar consensos a favor de uma escola que seja efetivamente pública, efetivamente para todos, e obviamente de qualidade, como aquela que desejamos para os nossos filhos.

Boa noite e obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Miguel Carneiro.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, caros membros da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal, Marcoenses, comunicação social.

A Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, entidade que muito me honro presidir, teve recentemente uma desastrosa decisão por parte do Supremo Tribunal Administrativo, relativamente ao recurso que a Junta de Freguesia interpôs, de um processo que se iniciou em 2003, relativo a um afogamento já em 2000. Essa decisão preconiza uma indemnização na ordem dos cento e noventa mil euros (190.000€), com as respetivas custas de tribunal em três quartos imputadas à Junta de Freguesia, e juros à taxa em vigor desde o ano de 2003 até hoje, o que confere uma módica e singela quantia de mais de trezentos mil euros (300.000€) de indemnização. A Junta de Freguesia obviamente compreende e reconhece aquilo que são os direitos da família, e reconhece também aquilo que é a separação de poderes no nosso Estado Democrático. Obviamente, entende também que é uma decisão que poderia não ter esta forma final, embora seja com esta decisão que nós temos que trabalhar.

Esta decisão decorre de um afogamento decorrido no ano 2000, no decurso de investimentos realizados pela Junta de Freguesia, no decurso de investimentos realizados pela Câmara Municipal de então, no decurso de muitas preocupações sempre em valorizar a zona ribeirinha, que estamos certos – e todos aqui nesta sala certamente concordarão – sempre foram no melhor interesse, ou sempre tentando salvaguardar o melhor interesse das populações e do contato com aquilo que são os nossos recursos, neste caso hídricos.

Aquilo que é hoje um custo enorme para a atividade da Junta de Freguesia para as décadas vindouras – porque será mesmo assim, décadas – deve ser matéria de reflexão para a Junta de



Freguesia, para a Câmara Municipal e para todos os autarcas. E por isso é que eu queria deixar aqui este desafio: em todos os momentos difíceis, há sempre também oportunidades. E se é um facto que a Junta de Freguesia atual andou sozinha, sem qualquer apoio da Câmara Municipal, sem qualquer interesse por parte da Junta de Freguesia de Bem Viver, sem qualquer interesse por parte da Junta de Freguesia de Alpendorada, a palmilhar caminhos, a procurar trazer projetos para a luz do dia, a procurar fazer propostas para que se valorize a frente ribeirinha, tudo isto numa ótica de acrescentar valor à nossa região, então agora é chegada a hora de nós pensarmos qual é que é a responsabilidade que nós queremos assumir por aquilo que possa acontecer no futuro; quais são as responsabilidades que nós, tendo um mandato popular para exercer, queremos abdicar e deixar isto para outros. Eu bem sei que os ciclos eleitorais – e neste caso os nossos mandatos estão todos a terminar, e eu, pessoalmente, faço intenções de lá continuar na Junta de Freguesia, para ajudar a resolver este tipo de problemas, mas o desafio fica aqui para o atual Presidente da Câmara, para o atual Executivo, mas também para aqueles que virão, e muitos deles certamente nesta sala terão responsabilidades nesses mesmos Executivos: o que é que nós estamos dispostos a fazer, e até que ponto nós estamos disponíveis para continuar a assobiar para o lado quando uma Junta de Freguesia bate a imensas portas sozinha, em torno de muitas autoridades, para procurar fazer investimento que dê condições dignas ao local, não apenas para a prática de desportos náuticos, que não é essa a questão, aquilo é uma zona de lazer, uma zona de conforto, uma zona de bem estar, e nós temos o dever de valorizar aquilo que são os nossos recursos hídricos, temos o dever de valorizar aquilo que é o investimento atualmente já feito na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, junto à barragem, e muito bem feito, então continuem esse investimento, criem-se as condições de segurança, porque se hoje nós estamos a pensar que é um desastre para trinta (30) anos resolver problemas criados a partir de 2003, seria muito mau que daqui a vinte (20) anos nós estivéssemos a pensar que vamos ter que resolver problemas criados por responsáveis das autarquias que no ano de 2016, ou no ano de 2020, não quiseram assumir riscos, não quiseram assumir investimento, ainda mais com condições de financiamento tão benéficas como aquelas que preconiza o Quadro Comunitário atual.

Este é apenas um desafio, não tem que ver com campanha, nem nada que se pareça; este é um desafio, porque as autoridades têm que assumir as suas responsabilidades e garantir que amanhã não se passa aquilo que hoje nós estamos a sentir no corpo pelo que se passou ontem.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Deputado Mário Bruno.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, António Coutinho, cara e caro Secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Dr. Manuel Moreira, caríssima vereadora, caríssimos vereadores, caras colegas Presidentes de Junta, caros colegas Presidentes de Junta, demais membros desta Assembleia, público em geral, e a todos aqueles que nos acompanham através dos órgãos de comunicação social, e aos próprios órgãos de comunicação social que transmitem a própria Assembleia:



Gostaria de perguntar, em primeiro lugar, ao Sr. Presidente da Câmara apenas aqui duas (2) questões. Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara o ponto de situação das seguintes obras: arranjo urbanístico junto do Largo da Igreja Românica de Santo Isidoro – relembro que o muro de suporte no adro da igreja foi classificado há mais de dois (2) anos pelos técnicos da Câmara Municipal com elevado risco de queda; ainda esta semana ouvimos a notificação do Tribunal de Braga sobre aquele muro, que matou aqueles estudantes, toda a gente o via, o muro estava para cair há imenso tempo, mas nunca tinha caído. Mas quando caiu, ele matou. Apelo aqui ao Sr. Presidente da Câmara – e até porque a intervenção do meu colega Presidente de Junta anterior, tratando-se de um afogamento, ou seja, devemos ser ativos, proativos, e nunca reativos; depois de as pessoas falecerem e depois de a desgraça acontecer, certamente já pouco vale, ou vamos salvar o possível. Agradecia a colaboração da Câmara Municipal nesse sentido e com a maior urgência. Sei que estão a trabalhar no projeto, mas a verdade é que já decorre bastante tempo, e o projeto e a obra ainda não iniciaram.

Perguntava também ainda relativamente à recuperação do telhado da Escola da Livração, e basicamente eram estes dois (2) aspetos que gostaria de questionar, ou que questiono.

Aproveito também para convidar todos os presentes, e todos os Marcoenses, para passarem este fim de semana pela Freguesia de Santo Isidoro e Livração, estamos em festa, somos talvez a primeira festa do Concelho de Marco de Canaveses, no início do ano, somos dos primeiros. Por isso, todos estão convidados, é com grande gosto, com uma grande honra que os recebemos.

A todos, muito obrigado. Obrigado pela atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Deputado Joaquim Madureira.

--- Joaquim Madureira (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Exmo. Público e comunicação social:

Sr. Presidente, trago aqui dois (2) pontos, um mais delicado do que o outro. Hoje de manhã, quando saía da Rua Manuel Vasconcelos, onde resido, verifiquei que junto a um edifício em frente à minha casa – isto é complicado – vi um armário da EDP totalmente aberto, um armário de plástico, com os cabos à vista. Se passa ali uma criança, se passa ali uma pessoa, mete ali a mão, é uma desgraça total. Sr. Presidente, tive o cuidado de ligar para a EDP, que demorou muito tempo a atender, amarrei uma corda na tampa antes de sair, e verifiquei, Sr. Presidente, que os armários estão, na verdade, em muito más condições. Nós, ao preço que pagamos a corrente, acho que a Câmara tem que chamar à atenção a EDP para que estas coisas não aconteçam. Isto é muito complicado. E agradecia, Sr. Presidente, que V. Exa. tomasse providências sobre este assunto.

Sr. Presidente, outro ponto: junto à Caixa Geral de Depósitos, há ali uma coluna, uma coluna dos semáforos, meio derrubada, talvez com alguma pancada que levou de algum camião, de algum veículo. E repare uma coisa: está há tanto tempo aquilo derrubado que dá a impressão, Sr. Presidente, que estamos numa cidade ao abandono. Quando é que aquilo é reparado? Eu sei



que V. Exa. não é obrigado a adivinhar, mas com certeza que V. Exa. tem tanta gente a trabalhar na Câmara, que passam lá todos os dias, e deviam chamar à atenção dos serviços que estão ligados às obras.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social, Exmo. Público:

Antes de mais, agradecer ao Sr. Presidente por aceitar a minha inscrição, mas a gente não tem o dom da ubiquidade, e hoje tem sido um dia um bocadinho complicado, e não consigo estar ao mesmo tempo em vários lados.

Começava por dar nota – não sei se já foi referido – da realização da Assembleia Municipal de Jovens, que decorreu hoje. Consegui estar ainda da parte da manhã um pouquinho, não pude acompanhar os trabalhos, mas acho que é de enaltecer esta realização que já vem, percebi hoje, desde 2009.

Também queria aproveitar, já que vos solicitei várias vezes aqui a aprovação de moções, para referir que quanto à Secundária de Alpendorada, do problema que existe lá, que ainda existe e que ainda vai existir por algum tempo, foi finalmente publicada em Diário da República a abertura do concurso, ao fim deste tempo todo, no início de abril, para que se iniciem as obras. Portanto, temos mais uns meses para esperar.

Também realizou-se nesta quarta-feira a última Assembleia da CIM – Tâmega e Sousa. Penso que também seria bom dar nota dessa situação, foram lá referidos vários aspetos, podemos distinguir principalmente a questão das acessibilidades, a razão por que, pela primeira vez – e eu penso que eles copiaram do Marco de Canaveses – ela se realizou em Cinfães, também fora do seu local habitual, que é Penafiel. Falou-se também da distribuição dos fundos comunitários – foram os problemas principais aí abordados. Foi abordada também a questão, naturalmente, das acessibilidades do IC35, e isso fez-me pensar um bocadinho nisto, e penso que, se calhar, este Governo até teve razão em suspender o troço que estava destinado, porque nós andamos há mais de duas décadas à espera desta obra, e entendo eu, quero acreditar que assim seja, que este Governo entendeu assim: esta gente anda aqui há mais de vinte (20) anos à espera desta obra, quer dizer, precisam é de um chocolate grande, e não é de uma quadrícula pequenina. Então, disseram assim: “Vamos acabar com este bocadinho, porque com certeza vamos dar o troço todo.” Quero acreditar nisso.

Para terminar, e concordando com o que falou o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, naturalmente sabem que eu sou um defensor do aproveitamento dos nossos recursos hídricos, principalmente eu considero que nós, Marco de Canaveses, e a região do Tâmega e Sousa, podia ser a melhor da Europa, se não do mundo, na parte principalmente da canoagem,



quer seja águas bravas, quer seja águas lisas, rafting, e interligando isto com todas as outras potencialidades que existem de percursos pedestres, património, etc.

Penso, não sei, é um apelo que faço aqui, que se pondere, porque acho que nós devemos todos ser solidários, e eu penso que, neste momento, a Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo precisa que sejam solidários. Não tem capacidade, não está ao seu alcance o pagamento dos cerca de trezentos mil euros (300.000€). Não sei como é que isso pode ser feito, e portanto, apelo aqui, ou às Juntas, a outras Juntas de Freguesias, que se encontre um consenso, à Câmara Municipal, para que possam dar a sua colaboração, porque acho que nós, nestes aspetos, nas desgraças, devemos ser todos unânimes.

Entretanto, em Reunião de Líderes aqui à pressa – por isso é que não tenho aqui o texto; eu pedia autorização, se fosse possível – entendemos que poderíamos e deveríamos fazer um voto de pesar pelas famílias que faleceram com aquelas explosões de pirotecnia. Se concordarem com isso, entretanto elaborava um texto, e depois aprovávamos.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Executivo para responder às questões, e lembrava só o Sr. Presidente que teremos quinze (15) minutos para as respostas às questões apresentadas pelos deputados.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Deputados Municipais, Srs. Municípes, comunicação social:

Em primeiro lugar, queria dizer que fizemos a colocação em cada um dos vossos lugares da última publicação que tivemos o gosto de dar à estampa, no dia 31 de março, aquando da celebração dos cento e sessenta e cinco (165) anos da fundação do nosso concelho, e que aqui assinalámos com uma exposição que ainda está aí patente, sobre este edifício, os Paços do Concelho, designadamente as notícias na imprensa regional e local, e também, como sabem, estamos a colocar aí também um conjunto, as chamadas Joias do Marco de Canaveses – ainda faltam aí alguns elementos para as completar. E nesse sentido, fizemos depois, a seguir, essa celebração com uma sessão comemorativa, onde apresentámos o livro “Marco de Canaveses – O Poder Local”, em que fala da história deste município, dos seus titulares, e em especial os quarenta (40) anos que ocorreram do Poder Local Democrático, desde as primeiras Eleições Autárquicas, em 12 de dezembro de 1976, até à atualidade. Fica, por isso, esse livro, que é a segunda grande publicação que fazemos nos nossos mandatos, o primeiro foi em 2009, “Marco de Canaveses – Perspetivas”, e agora este “Marco de Canaveses – O Poder Local”.

Queria começar, então, a responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados e pelas Sras. Deputadas.

A Sra. Deputada, Dra. Patrícia Vieira, falou-nos, naturalmente, aqui do nosso concelho, do nosso município, daquilo que ele representa, daquilo que ele é em termos da nossa região e do nosso país, da sua força em termos demográficos, de cinquenta e três mil (53.000) habitantes, o que nos conduz a sermos um município médio de Portugal – nem um grande, nem um pequeno



município, mas um município médio – e falou-nos, realmente, de algo que é muito relevante também para a segurança, para a qualidade de vida dos seus cidadãos: as nossas vias de comunicação, e naturalmente criarmos as condições indispensáveis para uma melhor segurança rodoviária. É exatamente isso que temos procurado fazer paulatinamente ao longo dos meus mandatos, com os meus pares, e também no atual mandato está a acontecer isso, e de facto, ainda mais intensamente, procurarmos pavimentar e calçar muitas artérias do nosso município pela primeira vez, e fazer a sua manutenção, de muitas outras, a repavimentação de muitas outras artérias que se vão entretanto degradando. Temos também – e tem sido uma aposta visível, julgo que para todos, não só aqui na cidade de Marco de Canaveses, e disso nos honramos muito, de procurar ter os passeios todos rebaixados, para sermos uma cidade de inclusão, de boa mobilidade para todos, a começar pelos cidadãos de mobilidade reduzida, ou cidadãos também diferentes, e isso está já também a acontecer na Vila de Alpendorada, e em tantas outras freguesias do nosso concelho, em particular nos seus centros cívicos, passeios de qualidade, passeios com a nossa matéria prima, o granito. Estamos ainda, neste momento, a executar outros, e vamos continuar a fazê-lo até ao final do atual mandato, do nosso mandato, até outubro deste ano, porque nos parece indispensável. Tudo isso deve fazer parte, e faz parte daquilo que já está como um projeto de plano praticamente pronto, de segurança rodoviária, que daremos a conhecer também aos órgãos autárquicos municipais. Por isso, nós temos procurado, dentro, naturalmente, das condicionantes sempre financeiras que tolhem o nosso passo – se estivéssemos libertos do serviço da dívida, seguramente que pelo menos podíamos fazê-lo aí, como também noutras áreas, os duzentos e oitenta mil euros (280.000€) que pagamos todos os meses à banca, dar-nos-ia para irmos mais longe, porque somos daqueles que temos pressa do futuro, para recuperar de muitos anos de atraso.

E é nesse sentido que também já há muitos meses atrás tivemos o trabalho, com o apoio da nossa Faculdade de Engenharia do Porto, para preparar esse Plano de Segurança Rodoviária. Por isso, quando, naturalmente, há agora essa recomendação por parte da Autoridade de Segurança Rodoviária, diria que nós temos o trabalho feito. Agora, é preciso incrementá-lo mais ainda, e devo dizer que são precisos muitos, muitos milhões para se poder fazer tudo aquilo que é necessário para tornar as nossas estradas e caminhos, mil e setenta quilómetros (1.070 km) de estradas e caminhos municipais, para não falar nas estradas nacionais, que também temos aí várias a atravessar o território municipal, e que nós temos vindo a intervir, porque as Infraestruturas de Portugal estão a mais de quatrocentos quilómetros (400 km) de distância, estão em Almada, na margem sul do Tejo, e por isso temos de ser muitas vezes nós a acorrer a situações de emergência, como também estamos a fazer os passeios em vários troços de estradas nacionais, que atravessam o nosso território. E para isso temos solicitado autorização, porque eles não estão a fazer isso, os passeios, porque dizem que não têm dinheiro para tal; somos nós. E em alguns casos, somos até convidados – para não dizer mais do que esta palavra, uma palavra muito *soft* – somos convidados a assumir os troços das estradas nacionais, passar para a alçada do município para podermos intervir – como ainda agora muito recentemente estivemos em Soalhães e queremos, exatamente, também fazer lá uma requalificação, como a Junta de Freguesia também deseja, entre a rotunda e, naturalmente, ali no centro cívico da freguesia, e dizem que temos que ficar com o troço entre a rotunda da entrada de Soalhães até um cruzeiro mais acima, com umas centenas de metros de distância, onde até costuma fazer a inversão a procissão, aquando das Festas de Soalhães. Nós manifestámos abertura para isso, e estamos a aguardar que nos apresentem a proposta para



podermos celebrar esse acordo, em que vamos acolher, passar para a nossa alçada e passar a ser uma estrada municipal, esse troço de estradas nacionais.

O Sr. Deputado Olímpio Almeida veio aqui trazer uma questão do Conselho Municipal de Segurança, dizendo que não estamos a observar a Lei. Devo dizer que não o fiz intencionalmente, se porventura cometi alguma falta, e disso já transmiti ao Conselho Municipal de Segurança. Houve um pedido de substituição, a título permanente, de um membro do Conselho Municipal de Segurança, e na altura, os meus colaboradores entenderam e propuseram-me que inscrevesse isso, ou melhor, que pudesse realmente dar posse na reunião subsequente. E foi, de facto, feito esse ato de posse. É verdade que a Lei diz que os membros do Conselho, ou seja, até diz que o Conselho Municipal de Segurança toma posse perante a Assembleia Municipal, e foi o que aconteceu: o Presidente da Assembleia Municipal, António Coutinho, deu posse ao Conselho Municipal de Segurança. Agora, as substituições pontuais, isso ainda não está totalmente claro. E por isso eu transmiti que, perante essa dúvida, que na altura nem sequer houve, ou houve talvez uma desatenção, se se pode assim dizer, mas que os meus colaboradores também não fizeram com intenção, de dizer: “Presidente, tem que dar posse, porque há um membro que pede a sua substituição”, e nós fizemo-lo no sentido funcional, de dar oportunidade a quem se manifestou, ou a quem a entidade indicou, para que pudesse tomar assento no Conselho Municipal de Segurança logo que foi feita essa comunicação. Por isso, resolvi pedir um parecer à Associação Nacional de Municípios, e penso que também à CCDR Norte – pelo menos à Associação de Municípios, lembro-me que sim – para que nos pudessem até clarificar a situação, até inclusivamente de substituições pontuais, porque acontece em muitos outros Conselhos Municipais, que temos aqui no município, em que as pessoas pedem para serem substituídas só pontualmente, e isso tem sido feito de forma natural, apesar de que aí não se põe a questão de que tem que ser perante a Assembleia Municipal a posse desses Conselhos Municipais. Por isso, já dissemos, e o Sr. Deputado Olímpio Almeida ouviu isso, como membro do Conselho Municipal, que da nossa parte iríamos imediatamente sanar, se alguma coisa de irregular tiver acontecido, sanaremos logo que nos chegue essa informação, esse esclarecimento, e naturalmente que se disserem que tem que ser obrigatoriamente, todo e qualquer membro, mesmo que seja para substituir pontualmente ou a título permanente, tem que ser perante a Assembleia Municipal, naturalmente que eu comunicarei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para agendar a respetiva posse na reunião subsequente da Assembleia Municipal. É este o esclarecimento que eu tenho a dar, porque acho que não houve aqui nenhuma intenção, e expliquei isso, e na altura o próprio Sr. Olímpio Almeida não levantou nenhuma questão, quando ocorreu essa própria posse, como bem sabe, porque, se calhar, esse era o momento próprio para me chamar à atenção, porque eu era o primeiro até a parar, e já nem sequer proceder à posse, se porventura alguém me tivesse chamado à atenção. Por isso, fizemo-lo na boa fé, sem qualquer atitude de desrespeito para com esta Assembleia Municipal. É o esclarecimento que eu tenho a dar.

Quanto ao assunto que eu abordei, que não estava inscrito na ordem de trabalhos: eu percebo que lhe dói, Sr. Deputado, eu percebo. Como eu o percebo, como eu o percebo. É verdade, como eu o percebo. Bom, eu falei lá de algo que tem a ver com a segurança também de pessoas na nossa terra: é que a Câmara Municipal fez um levantamento – e também temos muitas indicações, por vezes, dos cidadãos, das Juntas de Freguesia, de que há árvores que estão em risco de cair. E nós fizemos exatamente um levantamento, um estudo, para saber aquelas que, efetivamente, estavam a ameaçar queda, o que pode pôr em causa a vida humana, pode pôr em



causa também, naturalmente, bens materiais, quando são de grande porte e caem por cima até de casas, ou outras. Lembrem-se o que se passou aqui, talvez ainda não tenha um ano, um ramo – não foi a árvore, foi um ramo – aqui em baixo, exatamente, em Canaveses, em que caiu, partiu-se, caiu, e caiu sobre uma viatura. Felizmente que não caiu sobre a cabine em que iam duas (2) pessoas; caiu na parte de trás, e por isso, não houve danos humanos, só houve materiais. E quem é que iam responsabilizar? Muito provavelmente a Câmara Municipal de Marco de Canaveses. Por isso, nós fizemos esse levantamento, e depois fizemos a adjudicação a uma empresa, através de um procedimento concursal, que, exatamente, têm que ser empresas capazes de fazer esse corte, ou abater essas árvores que estavam em final de ciclo de vida, ou que, naturalmente, se deterioraram, e que realmente estavam em risco de queda, e esteve a fazer esse trabalho durante o tempo que foi necessário, e foram também abatidas algumas. É verdade, tomara-nos nós poupar as tílias e todas as árvores, porque nós somos daqueles que gostamos é de plantar árvores, e temo-lo feito ao longo dos nossos mandatos, com as crianças das nossas escolas, centenas e centenas de árvores, com a Universidade do Porto, ainda exatamente no ano passado, em Montedeiras, que vieram cá plantar quase mil (1.000) árvores, ficaram cerca de duzentas (200) para se poder até vir a plantar noutros pontos do concelho, designadamente até com as nossas escolas, dentro do projeto Ecoescolas. Nós somos daqueles que defendemos o binómio desenvolvimento / ambiente, que tem que andar a par, somos políticos exatamente com essa visão estratégica para a nossa terra, o binómio desenvolvimento / ambiente tem que andar a par se queremos ter um concelho equilibrado, sustentável, com qualidade de vida. E por isso, realmente, eu dei essa informação. Por quê? Porque tinha vindo no *Facebook* uma crítica por termos abatido umas tantas tílias já muito antigas, velhas, etc., que estavam boas. E eu mostrei até as fotografias, exatamente, que elas estavam completamente deterioradas, em risco de queda, e só por isso é que, efetivamente, fomos obrigados a abatê-las. Não o fizemos com gosto, fizemos por uma questão de segurança.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, o tempo está quase a terminar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Pois, mas eu estou a tentar dar as respostas às perguntas que me colocam, porque temos respostas, felizmente temos respostas. Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço-lhe a tolerância, e da Assembleia, se puder, para poder responder.

Depois, falou também dos espaços de atendimento ao público, ou seja, Espaços do Cidadão. Devo dizer que são cinco (5), estamos a aguardar – então, vou acelerar agora – estamos a aguardar que a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, nos faça chegar o equipamento para que os nossos colaboradores da Câmara Municipal, que já contratámos, que já foram formados, no período exatamente em que já foram admitidos, estiveram a fazer formação específica, estão neste momento a trabalhar na área administrativa do município – não estão parados, estão a justificar, naturalmente, os seus vencimentos, desde que foram admitidos – e também os colaboradores das nossas Juntas de Freguesia, porque vamos partilhar os colaboradores para pôr a funcionar estes cinco (5) espaços, um aqui nos Paços do Concelho, e mais quatro (4) em quatro (4) freguesias ao longo do concelho, com colaboradores da Câmara e colaboradores das Juntas de Freguesia, para fazermos não só tudo aquilo que tem a ver com a Administração Central, mas também a Administração Autárquica, Municipal, e da própria freguesia – terá essa tríplice função, os nossos Espaços do Cidadão. O Governo atual fez uma



resolução, no ano passado, a dizer que os equipamentos para os Espaços do Cidadão iriam ser distribuídos durante estes meses, Marco de Canaveses estava no primeiro conjunto; até 31 de março, ainda não chegou. Não me tenho poupado a esforços de ligar, de escrever, de mandar e-mails para a AMA, quando é que nos mandam os equipamentos. Dizem que não tinham dinheiro, que tiveram que fazer um concurso, uma candidatura a fundos comunitários, e que neste momento estão, exatamente, a adquirir os equipamentos para fazer chegar, que chegará o mais próximo possível, sendo certo que já não foi cumprido o calendário que tinha sido aprovado pelo Conselho de Ministros do Governo atual. É isto que posso dizer, com muita pena nossa, porque gostaríamos de já os ter a funcionar há muito tempo. Já fizemos as adaptações dos edifícios, particularmente das sedes de Junta, para que eles pudessem ser acolhidos e poder funcionar, a bem dos cidadãos, de uma Administração Autárquica mais próxima dos cidadãos.

Dra. Manuela Ferreira, muito obrigado pela sua intervenção, por aquilo que falou, e bem. A senhora é uma professora, é uma distinta Diretora do Agrupamento de Escolas de Sande, que nos honra pela forma como tem dirigido, há vários anos, e estou certo que assim continuará no futuro – pelo menos é esse o nosso desejo – a dirigir aquele grande e importante Agrupamento Escolar, para que, realmente, o projeto educativo na nossa terra vingue, tenha sucesso, a bem das nossas crianças, dos nossos jovens, que ainda hoje tivemos aqui mais uma Assembleia Municipal Jovem de grande qualidade, que nos dá uma grande esperança nesta nova geração, que vai ser uma geração de sucesso, e isso passa obrigatoriamente pela educação, e isso passa pelos pais e encarregados de educação, mas pelos pedagogos, pelos professores da nossa terra, e a senhora é uma delas, que estamos também gratos, e obrigado.

E por isso, temos feito o nosso esforço, dentro de um Orçamento sempre difícil, vinte e dois vírgula seis por cento (22,6%) do Orçamento para a educação. Gostaríamos que fosse mais, porque a educação merece sempre mais, mas temos feito o nosso melhor, todos juntos, como a senhora disse, porque é verdade assim, todos juntos somos capazes de superar as nossas insuficiências e dificuldades, e conseguir, naturalmente, avançar, que é isso que o Marco de Canaveses precisa.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu gostaria de pedir, se me permitisse, Sr. Presidente, eu gostava de permitir, se os Srs. Deputados anuírem esse assunto, para darem mais algum tempo ao Sr. Presidente para terminar. Sr. Presidente, daríamos, então, mais três (3) minutos, para ver se terminava a sua resposta.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem. Dr. Miguel Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, eu também lamento consigo aquilo que se passou em relação a esta condenação. De facto, é preocupante, cria dificuldades terríveis à freguesia, e à Junta de Freguesia, neste caso, de Vila Boa do Bispo. Já da nossa parte tentámos também documentar-nos no plano jurídico, o que é que poderíamos fazer. De facto, no plano jurídico, no plano legal, o município, enquanto município, não se pode substituir na liquidação desta responsabilidade, que ultrapassa os trezentos mil euros (300.000€), mas estamos cá, como sempre estivemos, de corpo inteiro, para ajudar a nossa terra, para ajudar a Freguesia de Vila Boa do Bispo, para ajudar os autarcas da Freguesia de Vila Boa do Bispo a superar essa dificuldade, a honrar, naturalmente, esta responsabilidade, que é uma decisão do Supremo Tribunal Administrativo. E por isso, naquilo



que pudermos fazer, nós e a futura Câmara – ou as futuras Câmaras, porque isto pode prolongar-se ao longo de vários anos, vários mandatos – estaremos disponíveis.

O parque de lazer, não posso estar mais de acordo, fizemos ali um grande parque de lazer, que já está a ser uma referência e será uma referência maior no futuro, de Alpendorada, transformando uma lixeira a céu aberto, com detritos, resíduos industriais há mais de vinte anos num parque que vai ser uma referência, já o é e será cada vez mais, em Alpendorada e Matos – assim a designação na altura, Parque de Lazer de Alpendorada e Matos, até porque está na zona de Matos – e eu espero que se possa fazer essa ligação, exatamente passando por Bem Viver, Favões, e até Vila Boa do Bispo, porque acho que é importante aproveitarmos todas estas áreas ribeirinhas dos nossos rios internacionais, como é o Tâmega, como é o Douro, que queremos valorizar, e por isso temos que aproveitar os fundos comunitários, ver a oportunidade de termos uma candidatura a fundos comunitários, porque o projeto, ou pelo menos o anteprojecto, ou estudo que temos, é, de facto, de grande fôlego financeiro, e só com candidaturas a fundos comunitários é que o poderemos implementar. Da nossa parte, estamos disponíveis para encarar esse projeto, e eu espero que – provavelmente já se fará em próximos mandatos, já não será neste mandato, mas daremos os passos que forem necessários no nosso mandato, até para formalizar uma candidatura, se for possível que isso, realmente, possa acontecer.

Sr. Eng.º Mário Bruno, é verdade que temos esse compromisso, e vamos procurar honrá-lo, em termos de começar a executar o projeto que engloba uma área maior do que apenas a área junto à Igreja de Santo Isidoro até ao cemitério, e até à casa mortuária. Gostaríamos de pelo menos dar esse primeiro sinal, para depois se poder continuar, provavelmente em subsequente mandato, e estamos neste momento a fazer o estudo, porque só agora, muito recentemente, é que tivemos autorização da Direção Regional da Cultura para podermos intervir, no fundo vamos ter que reconstruir o muro para lhe dar a segurança que ele precisa. Gostaríamos, realmente, de já o poder ter feito, mas só agora é que também temos luz verde da Direção Regional da Cultura para podermos fazer essa intervenção, e vamos fazê-la, seguramente, ainda no nosso mandato.

Reparação do telhado da escola, está previsto intervirmos agora no verão em várias escolas, porque apostamos na educação, temos obras para fazer na ordem dos dois milhões de euros (2.000.000€), já se está a fazer e ainda vamos fazer várias empreitadas agora no verão, nas férias grandes, como é habitual, e também na Escola da Livração, em que temos previsto até cinquenta mil euros (50.000€), fazer lá um investimento para substituir o telhado.

Sr. Deputado Joaquim Madureira, eu lamento, naturalmente, e agradeço-lhe a sua intervenção, e a sua diligência junto da EDP para pôr cobro àquela questão do armário que estava aberto, ainda por cima em risco, com os cabos à mostra, é perigoso. É verdade que nem sempre estamos satisfeitos com a resposta da EDP em muitos aspetos, é verdade, mas temos sido persistentes, e vamos, naturalmente, ver também a situação destas, como de tantas outras, que realmente temos muitas vezes que atuar junto da EDP.

Junto à Caixa Geral de Depósitos, é verdade que eu também nem sempre me apercebo de tudo, e é também verdade que muitas vezes há pessoas que nos poderiam chamar à atenção. É verdade, eu não posso estar mais de acordo.



Sr. Deputado Mário Luís, para terminar, muito obrigado. Vamos ver se é desta, com a abertura do procedimento concursal para se reparar a Escola Secundária de Alpendorada, que realmente já devia ter acontecido face aos abatimentos de vários pisos da escola, que pôs ali algumas áreas em risco, e que tiveram até que se deslocalizar para outros espaços, e deixar de funcionar lá os serviços, a começar pela Secretaria, e não só.

Consideramos que é preciso valorizar todos os planos de água, os rios, são um potencial deste concelho em muitos aspetos, desde os desportos náuticos, passando pelo turismo.

E associamo-nos, porque já o fizemos também na Câmara Municipal, ao voto de pesar que a Assembleia também pode, naturalmente, manifestar por aquela tragédia humana da fábrica de pirotecnia que realmente explodiu, e que ceifou oito (8) vidas humanas, pessoas que conhecíamos, pessoa que trabalhavam aqui muito no nosso concelho, nas festas, ao longo do ano, e particularmente nas festas dos padroeiros das freguesias e paróquias, e também, naturalmente, dois (2) deles até que viviam cá, no Torrão e em Tuías, onde estivemos também nos respetivos funerais, no dia em que ocorreram os funerais.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua tolerância em relação às respostas que pude dar aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos passar, então, ao **Ponto n.º 2**. Eu penso que o Sr. Presidente da Câmara deu a sua resposta, e portanto, se houver assuntos depois a pedir, podemos pedir a seguir, senão vamos estar aqui... no momento em que o senhor possa estar com o Sr. Presidente da Câmara, poderá falar com ele. O senhor colocou uma questão ao Sr. Presidente da Câmara. Eu pedia à Sra. Deputada, eu estou a falar com o Sr. Deputado, não sei se o Sr. Deputado precisa de auxílio, mas penso que não. Certo, se é uma pergunta que fez, agradecia, então, que fizesse aqui a questão, que é para ficar gravada.

--- Miguel Carneiro (Presidente J.F. Vila Boa do Bispo, PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu peço desculpa só pelo mal entendido, mas assim da forma mais frontal possível, eu questioneei acerca das responsabilidades que as pessoas estão disponíveis para assumir, ou não, porque é tão simples quanto isto: foi apresentado um pré-projeto, como bem referiu, foram apresentadas duas (2) soluções de financiamento comunitário, e o Sr. Presidente referiu-me “caso existam”. Existe um novo aviso a fechar a 30 de setembro, existe um novo aviso que irá abrir novamente na CCDRN, e eu gostava que a Câmara Municipal concretizasse, porque há propostas, há projetos concretos, concretize.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Claro que sim, Sr. Presidente.



--- Presidente da Câmara Municipal ---

Bom, muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como o Sr. Presidente da Junta de Vila Boa do Bispo sabe, que para nós podermos fazer a intervenção que se justifica, de facto, para valorizar toda aquela área ribeirinha, e fazer a ligação entre Vila Boa do Bispo e Alpendorada, passando naturalmente por Bem Viver (neste caso, Favões) é preciso haver concertação de vontades, desde logo dos autarcas das três (3) freguesias, primeiro ponto, a começar por si, o Sr. Presidente da Junta de Bem Viver, Joaquim Oliveira, e o Sr. Presidente da Junta de Alpendorada, Várzea e Torrão, e que eu estou certo de que haverá essa concertação, essa disponibilidade. Depois, temos também que ter a disponibilidade das pessoas que têm ali a propriedade de terrenos, particularmente na zona de Favões, que é onde haverá mais dificuldades – está bem, está-me a dizer que não, mas a gente tem que ter isso naturalmente assumido, e por escrito, não pode ser apenas, enfim, aquela conversa informal com as pessoas, porque isso, parece que não, mas é fundamental, porque só o projeto em si já é de grande fôlego financeiro; tem que haver aqui também a partilha, a participação das pessoas para valorização de toda aquela área. E por isso, é necessário também que haja essa concertação de vontades. E é nesse sentido que eu julgo que é importante, então, que se materialize, para que nós possamos avançar com uma candidatura aos fundos comunitários para implementarmos esse projeto. E é nesse sentido que eu disse há bocadinho que da nossa parte estamos disponíveis para dar os passos que forem necessários, ainda no decurso deste mandato, que termina em outubro, mas sendo certo que muito provavelmente o projeto em si, a sua execução, já será no mandato seguinte.

Penso que tentei responder, é verdade que um bocadinho abreviadamente, uma vez que estava com falta de tempo, estava com o meu tempo já praticamente esgotado.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Irámos, então, ao **Ponto n.º 2**, Período de intervenção do público. Portanto, as pessoas que desejarem intervir, agradeço que possam pôr a mão no ar, para depois fazerem as suas intervenções, e quando chegarem aqui para fazer a sua intervenção, se podem dizer o seu nome, para ficar gravado. E lembrava mais uma vez que cada pessoa tem direito a cinco (5) minutos, e é para pedir esclarecimentos ao município, ou ao Executivo da Câmara Municipal. Temos duas (2) pessoas inscritas, eu já vou chamar.

Eu iria pedir ao deputado Mário Luís, então, se lia o voto de pesar, e poríamos logo à votação. Então, podemos ler a seguir.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Então, se me permitem passar as apresentações, é um rascunho, pode haver um pequeno acerto, mas é do seguinte teor:

“No passado dia 4 de abril ocorreu um grave acidente numa fábrica de pirotecnia em Avões, Lamego, que causou a morte a oito pessoas, entre elas seis cidadãos do nosso concelho.



Sensibilizados pelo sucedido e solidários com os familiares das vítimas, os membros da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses, na sua reunião de 28 de abril, deliberam aprovar um voto de pesar a ser enviado às famílias enlutadas.”

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Portanto, iríamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade, e iremos fazer chegar às famílias.

Voltando, então, ao período de intervenção do público, eu daria a palavra ao Sr. Samuel, que penso que foi a primeira pessoa a inscrever-se.

--- Samuel Vieira (Munícipe) ---

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, público, comunicação social e ouvintes.

As minhas questões eram muito simples. Queria colocar umas quatro (4) ou cinco (5) questões aqui ao Sr. Presidente da Câmara.

Nós soubemos, e pelo Orçamento que foi votado e aprovado na última Assembleia, aqui nesta sala, a verba para investimento para a Freguesia de Tabuado era zero. E eu também sei, e ouvi dizer, que houve *a posteriori* uma reunião, um pedido de audiência por parte do Presidente da Junta ao Sr. Presidente da Câmara, que decorreu aqui há oito (8) dias, numa véspera de uma Assembleia – nada a que nós não estejamos habituados – e queria, porque há lá muita contrainformação em Tabuado, queria perguntar aqui quatro (4) questões, em particular ao Sr. Presidente: qual é o valor, nessa reunião, que foi prometido, ou há algum documento escrito, para a construção do centro cívico de Tabuado, o valor monetário; queria saber também – porque isto já foi uma promessa do ano passado – se a intervenção do saneamento na Rua da Estalagem e na Rua da Vinha, se ela vai ser concretizada, ou não; queria também saber relativamente às placas toponímicas, se sempre são uma realidade para este mandato, ou não.

Por isso, eram estas questões que eu queria colocar ao Sr. Presidente da Câmara.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra à segunda interveniente, eu penso que é a D. Carla.

--- Carla Queirós (Munícipe) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público em geral:

Como é do conhecimento de todos, é intenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco a aquisição do antigo Posto da GNR, bem como do edifício do lado, para aí edificar a nova sede da Junta de Freguesia do Marco. O Movimento de Comércio Tradicional pretende saber se este Executivo irá, ou não, apoiar financeiramente a Junta na aquisição dos dois (2) edifícios e nas respetivas obras; se não pretende apoiar, quais as razões para não o fazer.

Muito obrigada.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Hernâni Mendes Pinto.

--- Hernâni Mendes Pinto (Munícipe) ---

Ora, muito boa noite, Exmo. Sr. Presidente e Secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Exmos. Srs. Deputados, público e comunicação social.

Eu gostaria de intervir sobre algumas considerações que tenho a fazer, aproveitando o facto, já agora, de a Carla ter falado sobre o comércio tradicional, e do que eles pretendem, eu considero, sempre considere – aliás, quando foi o projeto de reabilitação urbana, eu fui das poucas pessoas que, no auditório, fiz algumas contestações. Continuei a fazê-las durante alguns anos aqui, algumas delas nunca foram ouvidas, e tenho a certeza que nunca serão também. Mas, continuo a falar nelas. Uma delas é que é irrisório que a gente tenha que descer uma rua e uma avenida para circular até ao mercado. Essa, para mim, foi sempre, desde a apresentação eu contestei o Eng.º Couto, que fez a apresentação no auditório, na altura, embora eu não seja técnico de nada, porque eu só tenho o décimo primeiro ano, mas eu disse: “O futuro vai-me dar razão”, e afinal deu. Só que aqui, no Marco, há o problema de, às vezes, não se querer ouvir a população. Eu acho que fazem mal, eu acho que de vez em quando deviam ouvir, e nós também, às vezes, ficamos demasiado tempo parados nos cafés, a falar e a contestar, e a dizer mal, e não vimos aqui intervir. Eu tenho vindo, tenho feito esse trabalho aqui na Junta de Freguesia. E por isso, acho que devemos vir mais vezes, porque as pessoas que aqui estão também precisam de ouvir que nós não estamos contentes. E não estamos, de forma alguma. O comércio tradicional precisa de um motivo âncora. Reparem só, e dizem-me assim, dizem a eles, e quem está às vezes no poder até diz: “Mas eles estão velhos, degradados, caquéticos, eles precisam é de arranjar as lojas”, porque, de facto, é isso que se passa. E não, porque reparem só: a Arrifana abriu lá em cima; o Jorge, do Anjo Doce, abriu logo lá uma coisa. Por quê? Porque a loja âncora está ao lado. Uma loja dos trezentos, quando abriu ali, todos foram atrás. Por quê? Porque a loja âncora era a loja dos trezentos. O comércio tradicional precisa disso, e precisa que a Câmara esteja com eles.

Portanto, eu não tenho aqui qualquer razão para contestar que vá para ali, disse que vai para os edifícios do Eng.º Moura, que vai para aqui; pelo contrário, até sou amigo dele, não tenho nada com essa questão. Agora, acho é que há um compromisso social da Câmara para com as pessoas que habitam nesta terra, e se nós pudermos contribuir para isso, melhor. Eu acho que é esse compromisso que necessitamos da parte da Câmara. E às vezes há o “blá, blá, blá”, mas o “blá, blá, blá” leva anos, anos, e não vamos a lado nenhum. Eu acho que está na hora de sairmos do “blá, blá, blá”, porque o “blá, blá, blá” não dá para nada. Isto é a minha opinião, e sou muito sincero sobre isso.

Queria aqui também fazer algumas considerações. Junto à minha casa passa um ribeiro, que também vai dar como afluente do Rio de Galinhas. O Rio de Galinhas, junto às traseiras do Anjo Doce e da Carmage – antiga Carmage, porque faliu – também há lá tubos a descarregar saneamento para o ribeiro. A Câmara sabe, porque eles estão à vista. Junto a minha casa, mais acima, eles também existem a descarregar diariamente de várias casas para o ribeiro, também estão à vista os tubos, é uma questão de os técnicos irem lá ver, porque eu ando a pé, vejo os tubos; quem é do serviço também deve ver. Agora, está aqui a dar-se um caso de saúde pública



gravíssimo. Por azar, eu tenho dois (2): tenho esse e tenho o raio das árvores, que me acompanha, como mala-posta que eu não consigo resolver em lado nenhum. Já mandei para serviços florestais, já mandei para não sei quê, já falei aqui na Câmara anos e anos, tenho problemas enormíssimos com aquele algodão que origina problemas gravíssimos. Origina, por exemplo – que eu sou um bom cliente das farmácias, da Doutora que está aqui, com problemas alérgicos gravíssimos também, porque, de facto, aquilo é horrível. Mas, pronto, acho que a Câmara deve intervir e verificar o que é que se passa, porque junto à ponte daquele carreiro, ou daquele caminho que existe, que passa por trás do Anjo Doce, é fácil verificar os tubos de saneamento a descarregar lá. Está bem à vista, não tem problema nenhum. As coisas são para ser identificadas, e sem qualquer problema, trazê-las ao erário público.

Outra coisa é: a Câmara, sob proposta até do meu grande amigo Bruno Magalhães, que também está aqui presente, vereador, também optou, tanto quanto eu sei, por não calçar a rua que vai do Intermarché até Valdecidos. Pronto, falava-se que era a parte de uma futura zona industrial para o Marco. Podem-me dizer: “Não há dinheiro”, por isto e aquilo; pronto, não há dinheiro para isso, mas é isso que cria emprego, é isso que traz gente à nossa terra. Agora, há dinheiro – e eu não sou contra – para equipar os campos de futebol com relvados sintéticos, mas há prioridades. Essa, na minha ótica, era a maior delas todas, mas já há vários anos, porque ela está ali desde 2003, ou desde 2004, mas continua a não se fazer.

Eu tinha várias questões, ia aproveitar, mas pronto. Há outra coisa que eu vos queria dizer, com toda a sinceridade do mundo: alguns candidatos, nas redes sociais, e outros noutras intervenções, têm muito falado da Pontinha, da Praia da Pontinha, o que se deve fazer, o que não se deve fazer, e até aqui nas Assembleias. Mas, há uma coisa que nunca ninguém fez, que foi falar com os proprietários, que é a minha mulher e eu. Eu acho piada, porque mesmo o edifício do bar é meu, não é da Câmara. Ele não está em nome da Câmara. Portanto, qualquer coisa que se faça, eu acho que se deve sempre a nós. Eu aqui deixo um grande elogio a um grande amigo meu, quer gostem, quer não gostem, ele tem visão para o que quer, e que está aqui presente, que é o Presidente da Junta do Marco, António Santana. Para várias coisas, e ele sabe e teve a visão, e até me deu uma ideia do que é que devia fazer daquilo. Mas, eu tenho consciência de que o erário público não quer aquilo, ou não quer sequer fazer parceria. Pronto, eu fecho a cancela, e cada um trata da sua vida, que é o que deve ser feito. Não tem problema nenhum, eu não pedi aquilo, para me irem lá fazer, nem para me subjugar a ninguém, nem para fazer. Agora, como potencialidade, acho que é a coisa mais bonita do Marco, do concelho, se calhar, porque ninguém tem ideia – eu hoje levei lá um engenheiro florestal, dos serviços florestais, para plantar lá alguns plátanos, e ele ficou tão encantado com aquele carvalhal que lá existe, o carvalhal tem quatro (4) hectares, ou cinco (5), só o carvalhal. Mas pronto, são ideias do que não se pretende fazer.

Mas, eu agradecia, só um alerta, que entrando em campanha eleitoral, se deixem de tecer sequer alguns comentários, porque os candidatos que sejam, de vários Partidos, que eu já vi até respostas de alguns, algumas respostas de alguns, que dão a algumas pessoas, porque eu desminto-os. Há um tempo para tudo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Caro município Hernâni, era importante que concluísse.



--- Hernâni Mendes Pinto (Munícipe) ---

Eu acho que sim, mas é uma oportunidade única, que eu acho que o Marco necessita agora de se intervir em certas coisas. Todos nós gostamos do Marco, somos Marcoenses, e eu acho que devemos estar aqui, e devemos estar pela positiva. E tanto devemos estar pela positiva que eu vou-vos dizer o seguinte: eu estou à frente de uma associação, que é a Associação Alegria de Crescer, que é um centro de dia. Recusei ser candidato à Junta do Marco – que foi uma honra para mim, foi uma honra para mim terem-me feito o convite – e recusei sê-lo porque não quis deixar aquela associação, que é um motivo de muito orgulho para mim. Mas tenho que agradecer mais uma vez à Junta de Freguesia do Marco o apoio que nos dá, porque sem eles, nós fechávamos a porta. E no entanto, todos os dias vamos fazer o serviço, e prestamos um serviço enormíssimo a cerca de setenta (70) idosos, e a quem nos pede ajuda.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado. Eu daria, então, a palavra ao Sr. Presidente, para dar resposta aos três (3) munícipes do Marco de Canaveses.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Munícipes, comunicação social:

Em relação às intervenções dos munícipes, queria começar por responder ao Sr. Munícipe Samuel Vieira, em que diz, começa por dizer que no Orçamento de 2017 não estava nada inscrito, em termos orçamentais, ou financeiros, para Tabuado. Aparentemente, parece uma verdade, mas não é uma verdade, porque o Orçamento não especifica tudo aquilo que é o trabalho, o investimento que vamos fazer ao longo destes doze (12) meses – e no que respeita ao atual mandato, ao longo dos dez (10) primeiros meses, uma vez que em outubro terminamos o nosso mandato, mas que depois a Câmara que tomará posse a seguir às eleições do dia 1 de outubro continuará ainda a executar os dois (2) meses últimos, ou até dois (2) meses e meio, provavelmente, do ano atual. E por isso, as verbas não estão todas desagregadas para tudo aquilo que se vai investir. Isso é o que acontece nos outros municípios de Portugal, é o que acontece no Orçamento de Estado de Portugal, tão simples quanto isso. E por isso, como é óbvio, nós, como temos feito todos os anos, vamos procurar apoiar, investir em todas as freguesias do nosso concelho, e Tabuado não é uma exceção, como não podia deixar de ser. É verdade que houve uma reunião recente com a Junta de Freguesia de Tabuado, onde nos trouxeram mais um conjunto de questões para podermos analisar, e da nossa parte, como sempre fizemos na vida pública e na vida política, e aqui também no Marco não é exceção, nós queremos ser parceiros das freguesias, como também consideramos que a estrada tem dois (2) sentidos: as freguesias, ou as Juntas de Freguesia, também são parceiras da Câmara Municipal, e todos os demais que interagem connosco, como ainda hoje tive oportunidade de dizer à nossa Assembleia Municipal de Jovens: o trabalho que eu considero globalmente positivo em Portugal, dos quarenta (40) anos do Poder Local, que mudou a fisionomia do país nas suas aldeias, freguesias, vilas, cidades e municípios, fez-se não apenas por ação *tocour* ou exclusiva dos autarcas municipais e de freguesia, fez-se naturalmente com esses, mas fez-se também com as forças vivas de cada uma das comunidades locais, com as forças vivas que são as instituições, coletividades, com as empresas e com os cidadãos, todos somos parceiros do desenvolvimento



da nossa terra. E é nesse sentido que temos vindo a trabalhar ao longo destes nossos três (3) mandatos, e é assim que queremos continuar a fazê-lo até ao último dia do mandato atual. E por isso, nós, naturalmente, queremos continuar a trabalhar em prol de cada uma das freguesias, e em prol, como não podia deixar de ser, da Freguesia de Tabuado.

E nesse sentido, nós apoiámos já o Complexo Mortuário, assim designado pela decisão da Junta de Freguesia anterior, que a Câmara Municipal teve que, naturalmente, aprovar os projetos da construção do novo cemitério, e ficando ainda para uma outra fase a Casa Mortuária e uma pequena loja de venda de flores – era esse o projeto que estava, de facto, licenciado para o efeito, sendo certo que não se faria de uma única vez. E a Câmara deu em *cash*, dinheiro vivo, desde a aquisição do terreno, noventa mil euros (90.000€), passando, naturalmente, pela intervenção com maquinaria da Câmara, que não quero estar a exagerar nos valores, mas se dissermos pelo menos dez mil euros (10.000€), esse investimento existiu, com os nossos recursos humanos e maquinaria, como também, até porque lá num ponto o terreno era pantanoso, e tivemos realmente que tentar drenar esse terreno para que o cemitério pudesse ser construído em toda a área em que se pretendia que fosse construído, ficando o espaço também necessário para ampliação futura. E também fizemos a atribuição de um valor de cinquenta mil euros (50.000€) para a obra, doando também um terreno que foi avaliado pelos serviços técnicos da Câmara em mais de cinquenta mil euros (50.000€), chamado terreno do Peso, onde era suposto também ter havido o cemitério alternativo ao cemitério de sempre, em Tabuado, ao lado da Igreja Românica de Tabuado, mas que depois não passou de um cemitério que nunca chegou a sê-lo, abandonado, e que nós depois tivemos que, como diz o povo aqui no Marco, alagámos aquele espaço que estava desqualificadíssimo, e, naturalmente, oferecemos à Junta. No total, duzentos mil euros (200.000€) que demos para essa obra ser continuada e concluída depois com a Casa Mortuária, e eventualmente com o tal espaço para venda de flores.

A atual Junta de Freguesia herdou noventa mil euros (90.000€), pelo menos, a Junta de Freguesia anterior até fala em cem mil (100.000€), mas enfim, ficaremos nos noventa mil euros (90.000€) para não errarmos, exatamente para esta obra continuar. A atual Junta entendeu de forma diferente, fazer uma alteração ao projeto, está no seu legítimo direito, que não questionamos – desejável era que as coisas fossem feitas de forma concertada, também com toda a participação da própria autarquia, da Assembleia de Freguesia. Para quê? Para que as coisas corram bem, que é isso que nós desejamos, não comprometendo também essa nova edificação – foi isso que ainda voltei a dizer ao Sr. Presidente da Junta – ao alargamento futuro do cemitério, porque isso é indispensável deixar, porque foi comprado o terreno necessário para uma futura ampliação, se fosse necessário. E nesse sentido, naturalmente que a Junta atual fará o projeto que achar melhor. Pareceu-nos que o projeto que apresentaram, em termos orçamentais, nos parecia bastante pouco avaliado, diria que não é com aquele valor que se vai conseguir executar. Não sei, falou que era o centro cívico de Tabuado, não foi assim que me apresentaram a designação, mas realmente um edifício polivalente, para ser também para a paróquia, para atividades paroquiais, Centro Paroquial, e para Casa Mortuária, posso assim dizer, e outros eventos que possam lá, naturalmente, vir a fazer-se.

Da nossa parte, mais uma vez, apesar de acharmos que já fizemos o apoio financeiro necessário e suficiente, mas dissemos, para que não fiquem dúvidas acerca da nossa vontade política e da nossa isenção política em relação a todas as freguesias do concelho, sejam elas lideradas pelo Partido Social Democrata, sejam lideradas pelo Partido Socialista, sejam lideradas por cidadãos



independentes, nós queremos servir a nossa terra em todo o território municipal, nas dezasseis (16) freguesias, como também antes, nas suas trinta e uma (31) freguesias. E por isso dissemos que estávamos disponíveis para apoiar mais uma vez essa obra, e por isso dissemo-lo lá.

O valor que falei, mas que tenho que depois levar à Reunião de Câmara, porque é a Câmara que depois tomará a decisão, foi de cinquenta mil euros (50.000€) para poder dar a ajuda para que essa obra possa existir. Penso que da nossa parte estamos a honrar, e estamos a ir além até do que seria normal, porque não fizemos esse apoio tão forte, tão grande, para um Complexo Mortuário em várias outras freguesias, e até de maior dimensão, mas estamos a fazê-lo para que não restem dúvidas sobre a nossa vontade e a nossa isenção no apoio às nossas freguesias.

O saneamento, o Sr. Vice-presidente, se o Sr. Presidente depois autorizar, falará um bocadinho sobre isso.

Toponímia: é a nossa vontade – mas ele também poderá dizer alguma coisa – apoiar as Juntas de Freguesia para substituir um conjunto de placas que, naturalmente, muitas delas eram frágeis, estão deterioradas, precisam de ser substituídas. É vontade da Câmara Municipal apoiar, dentro das suas capacidades financeiras, as freguesias que estão a fazer a substituição dessas placas que estão deterioradas.

Sra. Múncipe Carla Queirós, pergunta-me se estamos disponíveis para apoiar a intenção da Junta de Freguesia do Marco de adquirir dois (2) edifícios para aí instalar a sua futura sede da Junta de Freguesia. O Sr. Presidente da Junta atual, António Santana, sabe das nossas conversas sobre a matéria que, como devem imaginar, da nossa parte, há sempre a abertura para colaborar, sempre, mas não podemos é fazer tudo, e tudo neste mandato, porque tanto quanto eu sei – e suponho que estou bem informado – em outubro, dia 1 de outubro não fecha a Câmara Municipal de Marco de Canaveses; tanto quanto eu sei, há Eleições Autárquicas no Marco de Canaveses, como vai haver nos trezentos e sete (307) outros municípios, e também nas três mil e tal freguesias de Portugal. Tanto quanto eu sei, julgo que esse é o calendário que está previsto. Por isso, nós vamos tentar apoiar e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance, de acordo com um paradigma que nós pusemos nos nossos mandatos: só fazemos as obras, só apoiamos as obras que podemos pagar. Acho que essa é uma grande obra, que eu espero que mais uma vez, no dia 1 de outubro, os Marcoenses possam, naturalmente, tomar a sua decisão soberana, e ter em consideração esta obra que muito me orgulha, e nos deve orgulhar a todos, dos nossos mandatos, que é sermos uma Câmara de boas contas, termos as contas equilibradas em relação aos nossos mandatos, e estamos a honrar as contas, naturalmente, e aquilo que herdámos dos mandatos anteriores, e que estamos a ver se ainda deixamos uma situação melhor para a próxima Câmara, que é substituir a atual dívida por outra, pagar, exatamente, este empréstimo que ainda nos falta pagar, de vinte e quatro milhões (24.000.000€), acabar com o contrato de reequilíbrio financeiro, deixarmos de ter um ferrete de não podermos baixar o IMI, o IMT e a Derrama, porque queremos empreender, queremos atrair mais empreendedores para o nosso concelho, e queremos que os atuais empresários do Marco de Canaveses invistam mais, diversifiquem os seus negócios, façam inovação e competitividade para, realmente, termos aqui empresas que possam cada vez mais competir na região, no país, na Europa e no mundo. É isso que nós desejamos. Para isso, precisamos de lhes dar esses incentivos; e nós não pudemos fazê-lo, e digo, com muita pena minha, porque gostava de o ter



feito, porque sou um social democrata – sou um social democrata – direi sempre que tenho preocupações sociais, e tenho realmente consciência de que é preciso empresas que criam riqueza, criam postos de trabalho, para que a nossa economia avance, e para que este concelho se desenvolva, a região e Portugal.

E por isso dizer-vos com toda a sinceridade que da nossa parte vamos apoiar, de acordo com aquilo que for possível, sendo certo que, como sabem, nós, quando foi da criação da atual Junta, da reorganização administrativa, em 2013, nós disponibilizámos o espaço do Marco Fórum para ter ali o espaço da sede da Junta. Já se sabe que não reúne, naturalmente, tudo aquilo que é necessário em termos de espaço físico para tudo. Temos outro espaço, das antigas sedes de Junta, que também temos conversado para ver se poderíamos aproveitar, particularmente a de Tuíás, antiga sede da Junta, para também servir, exatamente, os objetivos e o serviço que a Junta de Freguesia do Marco faz à sua comunidade, daqui da freguesia, neste caso do Marco, e à cidade de Marco de Canaveses. E por isso, essa ideia da aquisição de dois (2) edifícios – inicialmente até se falou num – é uma ideia recente que a Junta de Freguesia nos colocou, mas que tem um investimento grande, porque não é só comprar os edifícios, que têm um valor já apreciável, bastante elevado; é depois também preciso requalificar, reconstruir, e que isso pode atirar para meio milhão de euros (500.000€), ou até mais, no conjunto. Mas, por que é que se está a rir, desculpe lá? Eu não percebi, se me puder esclarecer. Não, desculpe lá, são as informações que nos chegaram, tanto quanto eu sei. Eu só estou a dizer... não, estou a dizer que são valores elevados, e por isso eu não posso aqui, neste momento – porque sou um político sério, falo verdade às pessoas, porque depois, se a gente disser que sim, e depois não honrarmos, o que é que nos chamam? Aqueles nomes feios que eu não sou, porque não faço parte desse grupo de aldrabões encartados, que não sou. Nunca fui, e não é agora que vou ser, nesta ponta final da minha vida pública, como devem imaginar. Por isso, o Sr. Presidente da Junta do Marco sabe bem da disponibilidade e da vontade desta Câmara; e não é do Manuel Moreira, é da Câmara Municipal de Marco de Canaveses – da Câmara Municipal de Marco de Canaveses – de trabalharmos em conjunto para que tenhamos uma sede da Junta de Freguesia do Marco, aqui desta nossa sede do município, da cidade de Marco de Canaveses, digna, para servir condignamente os cidadãos da nossa terra. E se essa sede puder também ser esse projeto âncora para o comércio tradicional de uma zona importante da nossa cidade, que nós respeitamos e que queremos que seja dinamizada, encantado. Não posso dizer mais do que isso, encantado. Agora, temos é que, efetivamente, saber se temos os meios, e naturalmente estou a falar do atual Orçamento de 2017, que hoje vamos mais uma vez apreciar, e vamos reforçar com o saldo orçamental de 2016. Temos que ter isso em consideração. E por isso, com certeza que isso não pode ser feito de uma só vez; provavelmente isto tem que atingir mais do que um Orçamento Municipal, não pode ser só num Orçamento Municipal. E nesse sentido, estou certo – e eu só posso falar, para já, pelo mandato atual; outros autarcas, a próxima Câmara Municipal que venha a ser eleita falará na altura própria, em função daquilo que for a opção e, naturalmente, aquilo que for a opinião também da Junta de Freguesia, que vai também ter eleições no dia 1 de outubro.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, o tempo está quase a terminar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Queria terminar, em relação ao Sr. Município Hernâni Pinto: em relação àquilo que é, naturalmente, a responsabilidade – olhe, ainda hoje falámos também na Assembleia Municipal de Jovens, exatamente isso, nós temos que exercer a nossa cidadania, e a nossa cidadania faz-se de várias formas, exatamente participando nas reuniões dos órgãos autárquicos, aquelas reuniões que são públicas, seja da Câmara, seja das Juntas de Freguesia, como também nas instituições, como o senhor faz, e bem, na Associação Alegria de Crescer, pelo trabalho positivo, muito importante, que nós não tínhamos na nossa cidade, de serviço à terceira e quarta idade, importante, não só de Centro de Dia, de serviço de apoio ao domicílio, como também, naturalmente, fazendo em várias outras áreas nas nossas instituições e com as nossas empresas. E por isso, não posso estar mais de acordo, que realmente é importante dinamizarmos, valorizarmos e requalificarmos a zona industrial do Marco, em Tuías. Foi por isso que apresentámos a candidatura no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa; agora que sabemos que a pré-qualificação, a candidatura de pré-qualificação apresentada pelos onze (11) municípios não foi aprovada, ou não foi validada. Por quê? Porque não há verbas, não há verbas. As candidaturas foram muitas a nível da região norte, ao Norte 2020, e a nossa, de facto, não pôde ser validada. Mas nós não desistimos, já estamos a trabalhar, para além de fazermos o contraditório, de tentarmos ver se ainda revertemos essa decisão, mas que não me parece viável, vamos tentar apresentar de novo, logo que a oportunidade nos surja, porque achamos que é importante, porque como sabem já fizemos, e às vezes a gente fala só do que ainda falta fazer; de vez em quando também sabe bem ouvir dizer o que é que já fizemos de bom: fizemos ali uma grande avenida de acesso, que passa a ser a principal entrada da zona industrial do Marco, em Tuías, exatamente a partir da avenida, mais conhecida como Reta de Tuías, da Avenida Jorge Nuno Pinto da Costa, exatamente para a zona industrial. E era algo que também fizemos, e fizemos com gosto, e acho que está ali um bom acesso. Mas, queremos mais, requalificar toda a zona atual, como alargar a zona industrial, porque nós queremos atrair mais empresas, daquelas que estão no concelho e se querem localizar lá, como outras que possam vir para cá, para trás do Intermarché. E isso passa por pavimentar essa artéria que vai ali da Avenida Futebol Clube do Porto até Valdecidos. E temos essa vontade, temos essa intenção; vamos ver se o nosso Orçamento atual, e que vai ser reforçado hoje, juntamente com o tempo que nos falta, de cinco (5) meses, permite que façamos tudo aquilo que as pessoas desejam que se faça, que os empresários, e bem, desejam que nós realizemos, e que nós temos essa vontade. Essa é a nossa vontade. De resto, a Junta de Freguesia do Marco – e quero fazer aqui a justiça ao Sr. Presidente António Santana – já manifestou disponibilidade de uma verba de um contrato interadministrativo, na ordem dos trinta mil euros (30.000€), também de poder assim partilhar connosco esse projeto. Mas, dizem-me os meus serviços técnicos que aquela obra, para ficar bem feita, não é só pôr o pavimento; era preciso conduzir todas aquelas águas que andam ali completamente à solta, e fazer um passeio, e depois, de facto, as águas deviam ser conduzidas. Dizem-me que, se calhar, cem mil euros (100.000€) não chegará para fazer exatamente essa obra nessa artéria. Pergunto, é importante? É, seguramente; penso exatamente aquilo que o senhor pensa. Penso exatamente aquilo que o senhor pensa, é importante, temos que a fazer. Podemos fazê-la já neste mandato, e toda ela neste mandato? Eu desejava que sim, ou melhor, desejava muito, teria muito gosto nisso, conforme fizemos esta a ligar, exatamente, a Reta de Tuías. Mas isso, como digo, vamos ter que ter fundos comunitários para fazer a requalificação de toda a zona industrial, fazer exatamente a sua ampliação, porque se justifica, e há interessados em comprar lotes, e isso também tem que ser uma parceria com os empresários, com os proprietários daqueles lotes, ou daqueles terrenos. E nós estamos disponíveis para isso, e já o dissemos.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, agradecia que terminasse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Pronto, terminei. Só tinha aqui, se depois o Sr. Presidente deixar o Eng.º José Mota poder dar uma resposta, agradecia, à questão também daquilo que falou, sobre o saneamento que está a drenar para a ribeira, que é, de facto, grave, e que nós temos consciência disso. O Sr. Vice-presidente tem o pelouro do ambiente, podia dar uma resposta, se fosse possível.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria, então, a palavra ao Sr. Vice-presidente, mas pedia-lhe que fosse breve. Sendo os municípios do Marco, era importante dar-lhes a resposta, mas que fosse o mais breve possível.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito bem. Muito boa noite a todos. Com a devida autorização do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes, Srs. Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Mesa, os secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os meus colegas vereadores, a população do Marco que nos ouve na sala e aos microfones da rádio.

Quanto à questão do Sr. Samuel Vieira, relativamente ao alargamento das redes de água e de saneamento na Freguesia de Tabuado, dizer-lhe que, de acordo com as solicitações que foram feitas pela Junta de Freguesia, os nossos técnicos da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos deslocaram-se ao local, identificaram as necessidades, desenvolveram o respetivo projeto, teremos capacidade ainda este ano de fazer intervenções de menor custo. Quanto à principal obra, que é a instalação da rede de esgotos ao longo da Rua Gonçalo de Barros, com uma necessidade de construir uma estação elevatória para bombear para a área da Freita, tenho dúvidas de que o Orçamento deste ano comporte. Teremos que avaliar, no âmbito dos concursos que estão previstos para este ano – que como sabem, há um valor base que vai a concurso, e depois, no concurso, há propostas que pela adjudicação vêm para valores mais abaixo. E na medida em que resultem algumas economias nesses processos, que normalmente acontece, poderemos ter alguma facilidade para ainda desenvolver os projetos este ano, mas não posso garantir.

Quanto à questão do Sr. Hernâni Pinto, relativamente às descargas de águas residuais para linhas de água: bom, quanto ao ribeiro em Rio de Galinhas, que passa junto à sua habitação, confesso que não tinha conhecimento; mandarei na terça-feira os nossos serviços averiguar.

Quanto às descargas pontuais que existem na zona de Ramalhais: como é sabido, existia um conjunto de fossas – existiam e existem, um conjunto de fossas – que foram construídas por ocasião de loteamentos que foram edificados naquela zona, que serviam também inclusivamente os jardins de infância, e que, para resolver esse problema, a Câmara do Marco investiu num coletor junto à linha de água, e numa estação elevatória na zona da Groba, para bombear o sistema para a ETAR de Ponte das Tábuas. Acontece que a empresa Águas do Marco, que já tomou conta da obra, ainda não opera, na medida em que, segundo informações da empresa, os clientes não contratualizam o serviço com a empresa. E portanto, enquanto não houver contratos firmados para que se constituam como clientes, o sistema de elevação não está a ser operado. E



portanto, se me permitem, deixo aqui um apelo, uma vez que tratando-se de uma obra que vai resolver um impacto ambiental significativo na zona da linha de água do Rio de Galinhas, tratando-se também de ligações de prédios e habitações que já estavam ligados a uma rede pública – uma vez que a Câmara, ao licenciar os loteamentos, rececionou os loteamentos, e portanto, a infraestrutura passa a ser pública – nessa medida, os municípios que já estavam ligados às fossas de loteamentos não têm de pagar taxas de ligação nem ramal. Portanto, a única coisa que têm é que se dirigir às Águas do Marco para contratualizar o serviço. E se me permitem, lanço aqui o apelo a todos para que o resolvam rapidamente, uma vez que não havendo contratos, a empresa não presta o serviço.

E penso que era só isto. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu tenho aqui um pedido de esclarecimento do Sr. Presidente da Junta do Marco. Penso que era importante, sobre o valor da Junta.

--- António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD) ---

Boa noite a todos. Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas, Marcoenses, comunicação social:

Uma vez que foi aqui abordado o tema da sede da Junta de Freguesia do Marco, eu queria deixar claro duas (2) coisas. Primeiro, nós tentamos de várias formas rentabilizar o património que existia na antiga Junta de Freguesia, e até ao momento tal não foi possível, esperamos que venha a acontecer. E posteriormente foi posta a possibilidade, dentro de um estudo, dentro de uma possibilidade que existia aqui, da colocação de uma Loja do Cidadão, de se criar uma zona âncora para o desenvolvimento da cidade. Nós entendemos que era possível comprar, ou pelo menos negociar a antiga sede da GNR, e posteriormente, depois da audição de vários arquitetos daqui da nossa terra – quatro (4), em questão – entendeu-se que o ideal seria comprar os dois (2) edifícios para aí criar uma sede de Junta de Freguesia que poderia ter outras valências, e até tendo em conta as novas competências que possivelmente virão a ser entregues às Juntas de Freguesia. Então, pensaram-se em dois (2) edifícios, dois (2) edifícios que estão valorizados em cerca de cento e oitenta mil euros (180.000€), nós pedimos à Câmara Municipal cerca de cento e cinquenta mil (150.000€), e o que temos previsto em termos de gastos são à volta de trezentos mil (300.000€) para a construção da nova sede da Junta de Freguesia. Portanto, os valores serão cento e cinquenta mil euros (150.000€) que nós pedimos à Câmara para a aquisição, e cerca de trezentos mil (300.000€) para construção. Estes são os valores.

A verdade é que terá que ser uma situação que terá que ser ponderada, não só por este Executivo, como por Executivos futuros, e portanto, é uma ideia que fica no ar, que está aqui, e que penso que é uma mais valia para a cidade, porque pode equilibrar a cidade, e pode trazer e potenciar uma zona que está bastante desprotegida.

Era só isso, para que as coisas fiquem claras. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado.



Irámos passar, então, ao **Período da ordem do dia**, ao **Ponto n.º 3.1**, Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município.

Eu daria a palavra, então, ao Sr. Presidente, caso queira fazer a introdução do ponto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, por uma questão de economia, da minha parte está aí com os Srs. Deputados Municipais a nossa informação, ou a minha informação, enquanto Presidente de Câmara, desde a última reunião, em 18 de fevereiro deste ano, até há poucos dias, e que contém aí trinta e seis (36) páginas. Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria a palavra aos Srs. Deputados que se desejarem inscrever sobre estes assuntos, para pedidos de esclarecimento. Sr. Deputado Olímpio Almeida, Dr. Rolando Pimenta. Portanto, teremos dois (2) inscritos. E o Dr. António Santana. Prescinde? Portanto, temos só dois (2) inscritos.

Daria a palavra, então, ao Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- Olímpio Almeida (MCFT) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Permitam-me que passe à frente das formalidades.

Eu sempre disse que a informação escrita do Sr. Presidente é um documento importantíssimo, porque nos permite avaliar de uma forma geral a atividade do município durante o período a que se reporta. Naturalmente que subscrevo muitas das ações que aqui são reportadas, mas vou incidir a minha intervenção essencialmente no Ponto 5, que se refere a Ambiente, serviços urbanos e espaços verdes.

Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara falou aqui em tílias – eu não tinha falado efetivamente em árvores, mas falou no abate de tílias – o Sr. Presidente já se esforçou, efetivamente, por duas (2) vezes (e dou-lhe os parabéns por isso) para explicar o abate destas plantas. Mas, por muito que se esforce e que tente, não me vai chegar a convencer, por uma razão muito simples: se as tílias estivessem assim tão fragilizadas, como é que uma delas segurava um carro descomandado, que evitou que ele caísse no talude? Isso é que é o ponto de referência. Se as tílias estivessem assim tão fracas, tão doentes, então não segurariam um veículo descomandado e evitado que o mesmo tivesse caído do talude, que podia ter consequências graves para as pessoas que iam no seu interior.

Agora, o que é certo é que estas tílias também são de porte baixo, são tílias com alguns quatro (4) metros, inofensivas, coitadinhas, que davam umas flores muito bem cheirosas, altamente positivas para a saúde humana, nomeadamente desde o aparelho digestivo ao cardiovascular, são importantíssimas para a saúde, isso é que é um ponto de referência. E depois, o facto de estas tílias estarem secas – o Sr. Presidente, de facto, teve o cuidado de mostrar algumas fotografias de algumas que estavam ocas, mas o que é certo é que foram algumas cortadas que não estavam, e essas fotografias não foram exibidas. Mas, por outro lado, o facto de as tílias terem sequeiro no seu interior não significa por si só que estejam em fim de vida, porque nós



todos conhecemos as oliveiras, por exemplo, e as oliveiras, quase todas têm sequeiro no seu interior, e elas perpetuam-se no tempo durante centenas e milhares de anos. Portanto, só por si não é indicador de doença. Portanto, eu gostaria, de facto – os Srs. Técnicos Superiores que avaliaram e que chegaram à conclusão que as tílias, coitadinhas, estavam doentes, tinham que se retirar dali, que dessem eles próprios uma boa explicação. Isso é que era importante.

Agora, para terminar, eu vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao abate das árvores, o que é que vai ser agora feito naquele local. Vão ser plantadas novas árvores? Vão ser colocados *rails*, vão lá ser postos ferros? Será que os ferros dão mais beleza do que davam as tílias? Parece-me que não, mas pronto, se for essa a intenção. Vai ser feito algum muro de suporte? Qual o trabalho que ali vai ser realizado, por forma a dar a tal segurança que aqui se falou aos condutores que ali passam, porque aquilo, no inverno, tendo gelo, naturalmente que os carros têm alguma dificuldade, se o condutor vier distraído pode não segurar. Portanto, aqui é que temos que falar em segurança. Como o Sr. Presidente falou em segurança, então é importante pormos a segurança acima de tudo, e criar as condições de segurança para ali. Está em parte, só lá estão três (3) ou quatro (4) metros, falta o resto.

Muito obrigado.

--- **Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD)** ---

Dava a palavra ao Sr. António Santana.

--- **António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD)** ---

Prescindindo dos habituais cumprimentos, quando se lê e quando analisamos a informação escrita do Presidente da Câmara do Marco nós percebemos que há, de facto, um trabalho profundo feito ao longo dos anos, que alterou em muito o comportamento desta Câmara, e em muito a atividade desta Câmara. Nós todos podemos estar de acordo com algumas atitudes, umas que poderão ser mais benéficas em determinado sentido, e outras poderão não ser tão benéficas em determinado sentido, na opinião de cada um de nós. Há uma coisa que para mim está muito clara: este Executivo, e este Presidente de Câmara, trouxeram uma nova vida a este concelho. E no que diz respeito à educação, eu não posso deixar de referir, não só a intervenção da minha colega atrás, como para dizer que fiquei muito satisfeito com tudo o que está a ser feito, não só na minha freguesia, como no concelho. Verificar que as escolas foram praticamente quase todas requalificadas, e outras estão a ser requalificadas, agora está a ser feito um investimento, ou vai ser feito um investimento na Escola de Eiró, em Soalhães, onde vão ser investidos mais cerca de seiscentos mil euros (600.000€), onde há investimento na educação que é de realçar, e que é importante relevar.

Na parte desportiva, nós também temos que olhar para isto e dizer que valeu a pena, valeu a pena porque agora nós vamos entrar no séc. XXI, na verdade; se nas escolas já estamos a entrar no séc. XXI, embora muitos considerem que se deveria ter trabalhado de outra maneira – eu acho, por exemplo, no caso da minha freguesia, estou orgulhoso com o trabalho feito, no desporto e nas novas condições que vamos colocar aos campos, aos sintéticos, por exemplo, é um salto para o séc. XXI. E é nisso que eu apelo ao Presidente da Câmara, e apelo a este Executivo: é que estes saltos dados na educação, estes saltos dados no desporto, também sejam dados na economia. É por isso que é importantíssimo, e nós tanto insistimos no facto de ser necessário requalificar a zona industrial. E requalificar a zona industrial, nós tivemos a pouca



sorte de o projeto que foi apresentado agora, da CIM, ter sido recusado. E foi recusado, e adiou mais uma vez um investimento que é essencial para o nosso Marco, e para a nossa cidade. E por isso, aquilo que eu aqui venho dizer, Sr. Presidente, é que é necessário que o senhor continue esse trabalho e reforce aquilo que é importante na atratividade de investimento. Nós temos que atrair investimento para o Marco, nós temos que manter os nossos jovens aqui, tenho dito e volto a repetir, nós nunca tivemos uma juventude tão bem preparada como temos agora, e só seremos capazes de a manter cá se tivermos, de facto, agora de dar o terceiro salto, que é o salto na economia, o salto nas zonas industriais, o salto na atratividade de empresários. E eu creio, Sr. Presidente, que todo o plano que o senhor foi fazendo, tudo o que o senhor foi preparando dá condições para agora quem vier e quem está poder dar esse salto. E é isso que eu apelo, que dados os primeiros saltos, que eram essenciais, primeiro a educação, desporto, saúde, agora a economia. É tempo de nós apostarmos na economia, e é tempo de nós dizermos que as zonas industriais têm que ser repensadas, têm que ser trabalhadas, têm que ser planificadas, e temos que apostar nelas. No caso concreto, e falando da ligação que faz entre Maria Gil e António Moreira – ou melhor, Valdecidos, como algumas pessoas conhecem – eu acho que é essencial, e nós disponibilizamos parte do contrato interadministrativo, trinta mil euros (30.000€), numa obra que nós calculámos de oitenta mil (80.000€) – há quem fale em cem mil (100.000€) – mas essas obras, cem mil euros (100.000€) para atrair economia, para dar um sinal aos nossos empresários, para lhes dizer que nós estamos com eles, é simbólica, tal como foi aquela excelente obra que nós fizemos, Sr. Presidente, da ligação da Avenida Jorge Nuno Pinto da Costa até à Vicente Soares da Mota. Creio que aí se deu um passo importante e um sinal importante para os nossos empresários. Hoje, quando falamos com eles, eles dizem que valeu a pena, e foi uma obra que não terá sido assim tão elevada e tão cara, mas valeu a pena. E por isso é que eu acho, Sr. Presidente, que depois do excelente trabalho feito noutras áreas, agora sim, também conto, e sei que o senhor vai fazê-lo, e os eventuais candidatos e o novo Executivo que venha aí terá que pensar nisto, porque é importante desenvolver a economia para atrair investimento, para criar emprego e manter os nossos jovens.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra, então, ao Sr. Presidente da Câmara, para dar as respostas.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, para já, passava a palavra ao Vice-presidente, para dar as respostas que têm a ver com as áreas dele, e depois eu poderei rematar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sim, senhor. Dava, então, a palavra ao Sr. Vice-presidente.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Mais uma vez, muito obrigado pela atenção. Vou tentar ser, então, breve.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Olímpio Almeida, e relativamente à questão do abate das árvores: Sr. Deputado, com todo o respeito, a mim custa-me um bocadinho até entrar neste tipo de pergunta / resposta, porque o senhor, pelos vistos, já ouviu da parte do Sr. Presidente a resposta duas (2) vezes, e diz que não acredita. Portanto, eu não sei se tenho outros



argumentos para lhe responder, mas estão aqui as fotografias. Já agora, eu gostava de dizer, e isto é uma declaração de interesse, para quem não sabe, eu sou engenheiro agrónomo, sou licenciado pelo Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, e não me considero apto para ser capaz de avaliar o estado fitossanitário de árvores centenárias como são aquelas. Eu não me sinto apto. E como tal, apesar da responsabilidade política que tenho e que assumo aqui, socorri-me de dois (2) engenheiros florestais, que são técnicos desta Câmara, um deles é o responsável pelos espaços verdes, e o outro é um dos colaboradores da área da Proteção Civil e é o responsável do Gabinete Técnico Florestal, coordenados por um engenheiro de ambiente, que é o Chefe da Divisão de Assuntos Urbanos e Ambiente, e que ainda se socorreram da colaboração de técnicos da Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega, e ao longo de um ano fizeram a avaliação de centenas de árvores no concelho, essencialmente concentradas ao longo das vias de comunicação, no Parque de Lazer aqui do Marco, e no Parque de Montedeiras. Dessa avaliação – e volto a dizer, de cerca de seiscentas (600) árvores – resultou a necessidade de abater cerca de cento e oitenta (180), e elas foram meticulosamente identificadas. E é claro – desculpem eu ter que falar assim, mas é claro que as árvores que caíram ao longo do tempo, antes de cair, ainda não tinham caído. Portanto, de facto, todas as árvores que nós identificámos para abater, nenhuma delas tinha caído. Mas, como há uma coisa chamada ação preventiva, nós achamos, porque foram trabalhos feitos por quem é competente na matéria – porque nós, no Marco, somos todos competentes para tudo; eu não sou, só sou para algumas coisas, mas assumo a responsabilidade política que tenho – as árvores que foram abatidas, isto tudo resolve-se a quatro (4) tílias, são estas que aqui estão. Portanto, perante isto, ainda há quem não acredite que a ação foi correta. Pronto, é claro, Sr. Deputado, é claro que as árvores são abatidas rente ao solo, e é claro que rente ao solo elas não estão danificadas, mas à medida que o tronco se desenvolve e os ramos ramificam, o exemplo é aquele. Eu, francamente, não sei mais o que possa dizer; não sei, confesso, não sei. Mas, eu já disse que também não sou competente para avaliar o estado sanitário das árvores, mas sou competente para assumir a responsabilidade política, porque um dia candidatei-me e o povo, de forma universal e em sufrágio, elegeu-me, e eu assumo a responsabilidade. Mas, se os argumentos técnicos da Divisão de Ambiente, suportados no conhecimento técnico de dois (2) engenheiros florestais e na colaboração de uma entidade externa, que é a Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega, não são suficientes, Sr. Deputado, eu lamento, mas eu não tenho mais argumentos para o convencer.

Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Se me permitir, então, Sr. Presidente, muito brevemente, só para completar, em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco, António Santana, eu não posso estar mais de acordo com o que disse na matéria de que agora temos que dar o salto qualitativo e quantitativo na aposta na dinamização económica do nosso concelho, do seu tecido empresarial, e eu até devo dizer pessoalmente – e foi isso que eu até coloquei também nos manifestos eleitorais – para além das zonas industriais, eu sou até a favor de parques empresariais, em que estejam, exatamente, a indústria, o comércio e os serviços. É isso que o Marco precisa, e é isso que o Marco merece, porque para mim o Marco faz parte desta grande região norte, faz parte de Portugal, país europeu. E é nessa tríplice dimensão que nós temos que nos assumir hoje e no futuro. E é por isso que estamos aqui.



Agora, como devem calcular, nós tivemos uma panóplia de problemas para resolver nestes mandatos, desde logo a questão financeira, de darmos credibilidade a esta instituição que é a nossa casa comum, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, e também de reorganização dos serviços, de procurarmos também acompanhar a era da informação, das novas tecnologias, para termos uma administração mais próxima dos cidadãos, e daí a importância que demos para os Espaços do Cidadão, que também queremos tê-los ao longo do concelho. Como também tenho pena – tenho pena, porque já vi que não vou conseguir no meu mandato, de ficar aqui com a Loja do Cidadão na cidade de Marco de Canaveses. Culpa minha? Culpa nossa? Não, porque isso faz-se com parcerias. E nós temos que ter a consciência – e foi essa a pedagogia que eu fiz durante estes doze (12) anos perante todos nós: é que nós não mandamos sozinhos neste território; nós temos que nos concertar com muitos outros poderes acima de nós, ao nosso lado, e até abaixo de nós. Diria que isto é uma verdadeira placa giratória, para podermos avançar, e fazer avançar a nossa terra. E é por isso que eu tenho pena, porque gostava de deixar a Loja do Cidadão. Mas, eu acredito que este Espaço do Cidadão vai já dar uma primeira resposta aqui, e que espero que no próximo mandato essa Loja do Cidadão seja uma realidade, porque o Marco merece, e o Marco precisa, e os seus cidadãos, e as suas empresas.

E o PDM, que também me honro de ter concluído, depois de ter sido iniciada a sua revisão em 1997, e concluímo-la em 2015, depois de termos, então, finalmente a autorização para retomar a revisão em 2009, nós demos uma outra oportunidade e uma outra visão estratégica para pensar o concelho a médio prazo, pelo menos a médio prazo, e são mais definidas, estão mais caracterizadas quais são as zonas de acolhimento empresarial, e isso é importante. Ainda agora recentemente estivemos na visita também de trabalho, com a reunião, na sede de Junta de Freguesia de Constance, e onde nós dissemos que há lá também uma área que é importante, que nós queremos que ali surja também, exatamente, uma pequena zona industrial, porque ela é útil e necessária, e por isso ainda vamos levar no nosso mandato, assim o esperamos, a rede de água e saneamento para que essa zona industrial se possa desenvolver, porque já há vários empresários interessados em lá colocar as suas unidades empresariais. Isto é assim que temos que ir fazendo gradualmente.

Mas agora, com o Portugal 2020, o Norte 2020, mesmo com esta contrariedade, como digo, desta pré-qualificação por falta de verbas, mas já estamos a trabalhar – e eu digo “nós”, porque estou na Direção, no Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios, e estamos com o Governo na reprogramação do Portugal 2020, que também se reflete no Norte 2020, que diz respeito à nossa região, para podermos alocar mais meios, não só para a economia, que já está claramente definido neste Quadro Comunitário de Apoio que é muito direcionado para o empreendedorismo, para a economia, para a competitividade, e também alocar mais verbas para a educação, que ainda é necessário, para a área social, que é necessário, para o património cultural – apresentámos uma candidatura, a Fábrica da Igreja, ou Conselho Económico de Fornos, com a Junta de Freguesia do Marco, com a Câmara Municipal, há poucos meses, para o património cultural. Para quê? Para que este *Ex-Libris*, que é uma referência da nossa cidade, do nosso município, na região, em Portugal e no mundo, porque vêm aqui muitas pessoas de fora, estudantes japoneses, jovens arquitetos japoneses, para conhecer a nossa Igreja de Santa Maria, do Arq.º Siza Vieira. E por isso, mais uma vez o que é que aconteceu? Falta de meios, falta de investimento. Já nos tinham dito que havia poucas verbas no património cultural, que é preciso claramente reforçar, e que já defendemos isso na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, na Associação Nacional de Municípios, para que nesta reprogramação



venham muito mais verbas para o património cultural, para podermos fazer a recuperação, desde a Rota do Românico, a estas igrejas contemporâneas, do nosso tempo, como é a Igreja de Santa Maria, concluí-la, requalificá-la, já em termos de pintura, concluir a porta, o pórtico principal, a porta da casa mortuária, fazer a requalificação também já do nosso Centro Paroquial, que se deteriorou, e construir a terceira fase, que era ser a Casa Paroquial, que agora tem que se apresentar com uma outra vestimenta, se posso assim dizer, que é realmente um espaço de apoio cultural. E por isso, não foi validada; estamos agora ainda, ou está o Sr. Padre Fernando Coutinho, para nos dez (10) dias do contraditório poder também dizer, fazemos realmente o contraditório, a ver se ainda é possível, mas admito que não, porque já nos tinham dito, nas diligências que fizemos junto da CCDR Norte, com o Sr. Presidente, com o órgão de gestão, que, realmente, as verbas eram muito escassas. E apareceram imensas candidaturas de grande qualidade e mérito, e como tal, não podiam ser todas contempladas, e a nossa foi, para já, uma que não foi. Mas, eu acredito que vai ser, numa próxima oportunidade, e vamos ter que continuar a persistir, porque nós somos resilientes, e não desistimos, nem à primeira, nem à segunda, nem à terceira.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, ao **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2016.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Então, será o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, a fazer a apresentação da nossa Conta de Gerência.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, estimados membros da Assembleia, público, comunicação social, Marcoenses que nos seguem:

Como dizia Lúcia Amâncio no Público, em 2013, “Prestar contas em democracia não é apenas um dever de eleitos e governantes; é também uma forma de envolver os cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito.”

Chegados aqui, ao fim de um ciclo de doze (12) anos de maioria PSD, cumpre-nos prestar as boas contas dos bons serviços que prestámos a Marco de Canaveses. De facto, credibilizar a política, como disse Lúcia Amâncio, pressupõe este envolvimento, pressupõe que quem é eleito preste contas daquilo que fez. E assim, chegados aqui, é desta forma que passamos a apresentar aquilo que foi o desempenho económico-financeiro do município neste ano, e um pouco também daquilo que foram estes doze (12) anos de mandatos do PSD.

Pela primeira vez, em 2016, o município tem implementados os três (3) sistemas de contabilidade previstos no POCAL, pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99: a contabilidade orçamental, que já existia há vários anos, mesmo já antes da entrada em vigor do POCAL; desde 2002, a adoção da contabilidade patrimonial; e agora, em 2016, depois de um longo trabalho que foi feito ao longo destes anos, de organização de serviços internos, designadamente dos armazéns e de serviços de obras, urbanismo, e por aí fora, foi possível finalmente implementar a contabilidade



de custos, e é também um dos elementos que é apresentado e foi disponibilizado a esta Assembleia. É impossível prestar contas, ou falar de contas do município sem analisar a situação do endividamento, será também um dos pontos a abordar. Introduzimos também este ano uma novidade no relatório de gestão, que é relativa à situação do Quadro de Pessoal, fazemos aqui também uma breve apresentação sobre aquilo que é o atual Quadro de Pessoal do Município, em 31 de dezembro de 2016. E depois também de forma a dar uma imagem em termos de gestão, em termos de indicadores económico-financeiros e de desempenho, iremos apresentar alguns desses principais indicadores de gestão, alguns deles vistos por entidades externas ao próprio município.

Entrando no primeiro item da contabilidade, a contabilidade orçamental, do lado da receita verificou-se uma receita arrecadada de trinta e cinco ponto dois milhões (35.200.000€), o que superou em um ponto dois milhões (1.200.000€) a receita prevista no Orçamento. Portanto, registámos uma execução de cento e quatro por cento (104%) em 2016, que de alguma forma se coaduna com os cento e seis por cento (106%) verificados em 2015. Isto significa que os nossos Orçamentos são, acima de tudo, realistas, não temos qualquer pretensão em empolar a receita para, por outro lado, podermos gastar. Não, como iremos ver quando analisarmos a despesa, a despesa ficou abaixo daquilo que poderíamos gastar, e do lado da receita, muito por força da metodologia que tem a ver com o cálculo, com a estimativa – a estimativa do lado da receita é com base nos vinte e quatro (24) meses que antecedem a preparação do Orçamento, não é um valor estimado em abstrato, é um valor matematicamente obtido – permite, ou pode possibilitar que este tipo de desvios se obtenham. Essencialmente, e para justificar as rubricas que levaram a este desvio de um ponto dois (1.200.000€), desvio favorável, falamos de fundos comunitários recebidos no âmbito do FEDER, cerca de um milhão de euros (1.000.000€), depois também o FFF, também teve uma verba ligeiramente superior àquela que estava orçamentada, registou-se também uma receita de impostos com o IMI, IMT e Derrama superior à prevista, e também a rubrica das taxas registou uma receita arrecadada superior àquilo que estava orçamentado, em função da média dos vinte e quatro (24) meses antecedentes, como já referi.

Em termos de apresentação gráfica, o desdobramento de receitas de capital, receitas correntes, outras receitas, e do saldo de gerência comparativamente com o Orçamento, foi esta a execução.

Em termos de estrutura, as receitas correntes são aquelas que apresentam maior fatia, com vinte e quatro ponto dois milhões (24.200.000€), depois o saldo de gerência aparece aqui com oito ponto oito (8.800.000€), que tem vindo a ser elevado ao longo dos últimos anos, depois as receitas de capital, com dois ponto um milhões (2.100.000€). Em termos das rubricas mais significativas, como podem ver, são as transferências correntes, impostos, taxas e transferências de capital, e a comparação com o ano de 2015.

Do lado da despesa, esta cifrou-se em apenas setenta e três por cento (73%) daquilo que poderíamos gastar, sendo que do lado da despesa corrente gastámos menos quatro ponto dois milhões (4.200.000€), e do lado da despesa de capital, quatro ponto nove milhões (4.900.000€). A razão essencial de se ter verificado um gasto inferior àquilo que estava no Orçamento teve a ver com a quebra dos Quadros Comunitários, do QREN para o Portugal 2020, em que houve aqui um hiato de tempo em que não foi possível fazer investimentos, e que de alguma forma houve, digamos, um dilatar no tempo para a frente desses investimentos, e fizeram com que em



particular a despesa de capital ficasse abaixo daquilo que estava previsto. Em termos comparativos com o Orçamento, como é possível verificar, quer a despesa de capital, quer a despesa corrente.

Em termos daquilo que são as principais rubricas e as variações sofridas, temos aqui, destacava, no caso das despesas com pessoal, gastámos mais cento e sessenta e oito mil euros (168.000€), aquisições de bens e serviços, menos quatrocentos e sessenta e dois (462.000€), e depois, do lado de bens de capital, menos duzentos e trinta e quatro mil (234.000€), com um total de dois ponto sete (2,7%) a menos, comparativamente com o ano de 2015.

Em termos das principais rubricas da despesa, aquisição de bens e serviços, comparativamente com o ano anterior, foi inferior, ligeira variação no pessoal, e aquisições de bens de capital, também ficou um bocadinho aquém. Em termos de amortizações de empréstimos, uma das principais rubricas, essa está certa com o Orçamento, com um valor certo e previsível, mesmo na altura da elaboração do Orçamento.

Passando à contabilidade patrimonial, do lado do ativo, aqui gostaria de destacar mais uma vez o trabalho que temos vindo a fazer ao longo destes doze (12) anos, de regularização do património do município, que é, digamos, a principal rubrica do ativo presente no balanço do município. E mais uma vez, neste ano, à semelhança do que tem vindo a ser feito, como dizia, regularizámos cerca de treze milhões de euros (13.000.000€) de bens do património, que as faturas das aquisições, ou da realização das obras, estavam de alguma forma dependentes de registo ou de regularização, e foi possível regularizar mais treze milhões (13.000.000€) no ano de 2016. É um processo moroso, que tem que ser feito paulatinamente, é um processo que ainda não acabará a curto prazo, algumas situações têm pendentes processos judiciais, e portanto, vão naturalmente arrastar-se no tempo, mas pouco a pouco – ou de muito em muito, digamos assim, porque regularizar treze milhões (13.000.000€) num ano só, no ano anterior tinham sido dezoito (18.000.000€), e nos anos anteriores também foram muitos milhões, penso que são valores muito significativos, que a seu tempo tenderemos para a regularidade total desta rubrica.

No que respeita ao lado direito do balanço, dos fundos próprios e do passivo, queria destacar aqui apenas duas (2) situações: a primeira delas tem a ver com a diminuição no passivo de dezanove ponto sete milhões de euros (19.700.000€) verificada na rubrica das provisões para riscos e encargos, e esta variação resulta de um trabalho que foi desenvolvido em parceria com os nossos mandatários judiciais, no sentido de apurarmos, à data do balanço (31 de dezembro), qual era, efetivamente, o risco para o município numa ótica de poder vir, ou não, a pagar indemnizações no futuro, sendo certo que não tem aqui qualquer previsibilidade de desfecho dos processos; é apenas ter em conta se no processo é pedida, ou não, alguma indemnização ao município, e a ser pedida, qual é o valor dessa indemnização. Verificava-se aqui, ao abrigo do princípio contabilístico da prudência, já há uma série de anos a esta parte, integrávamos aqui nesta rubrica de provisões uma provisão para fazer face ao processo em contencioso com as Águas do Marco, tínhamos aqui uma provisão de trinta e um milhões de euros (31.000.000€). Acontece que na sequência da evolução do processo, quer do recurso, quer de uma condenação em Tribunal Arbitral que entretanto ocorreu e da qual recorreremos, verificou-se que o valor era muito inferior, cerca de dezasseis milhões de euros (16.000.000€), e fizemos aqui, mesmo assim, uma estimativa que, no limite, se tivéssemos que vir a pagar, de contemplar os juros, e



ainda associado a este processo, tinha sido intentada uma ação popular contra o município que não peticionava qualquer pedido de indemnização – portanto, o pedido de indemnização desse processo era zero. No entanto, foi-lhe atribuído em tribunal um valor processual de nove milhões (9.000.000€), o que nada tem a ver com qualquer indemnização ou qualquer risco para o município. E portanto, feita esta análise, feita esta ponderação, como disse, em conjunto com os nossos mandatários judiciais e devidamente validada pelo nosso Revisor Oficial de Contas, redundou aqui numa redução do passivo, na rubrica das provisões, de dezanove ponto sete milhões de euros (19.700.000€), o que, naturalmente, é considerado um proveito, a anulação das provisões, assim ditam as normas contabilísticas, é um proveito extraordinário, e é manifestado no resultado líquido do exercício, que faz com que o resultado seja de vinte e quatro ponto seis milhões de euros (24.600.000€). Portanto, este era o segundo aspeto que eu gostaria de destacar aqui da Prestação de Contas, e que iremos ver de seguida como se formou.

Do ponto de vista daquilo que são os custos, a principal rubrica são os fornecimentos de serviços externos, de alguma forma muito comparável com o ano anterior. Os gastos com pessoal também muito similares ao ano anterior, depois seguido de rubricas para subsídios e rubrica das amortizações. Do lado dos proveitos e ganhos, temos, então, aqui com maior destaque esta rubrica dos proveitos extraordinários, como já tive oportunidade de referir, tem esta variação na casa dos vinte milhões (20.000.000€), que tem a ver com a anulação das provisões para riscos e encargos, seguida das transferências e subsídios, e depois dos impostos e taxas.

Passando agora, então, ao terceiro item, ou terceira contabilidade, e esta sim, é uma novidade na Prestação de Contas deste ano, gostaria de deixar aqui uma nota prévia, ou algumas notas que de alguma forma têm que ser tidas em conta na análise da documentação da contabilidade de custos. E desde logo o facto de ser o primeiro ano da sua implementação é, por si só, uma limitação ao processo, quer pelo facto de não existir histórico para comparar com anos anteriores, quer pelo facto de alguma inexperiência, que como todos os processos desta natureza, é preciso tempo para consolidar os conhecimentos, para consolidar os processos, e portanto, é suscetível de alguma coisa poder ainda ter que ser ajustada, porque é um processo dinâmico para o futuro. E não contempla também – e isto aqui na perspetiva de que alguém possa interpretar os resultados da contabilidade de custos para fazer comparações entre gastos, ou investimentos, quer entre entidades, quer entre freguesias, dizer também que pelo facto de se tratar de rubricas por natureza de investimento, tudo o que são empreitadas vão diretamente ao património. Portanto, assim que vem a fatura, e o auto de medição, após a validação, vão diretamente ao património, e portanto, não vão às rubricas de custos, e portanto, não é tratada na contabilidade de custos.

Em termos de esquema daquilo que é o apuramento e imputação dos custos, apresento aqui este mapa que consta do próprio livro do POCAL, isto de modo a percebermos que há custos que são incorporáveis, e outros não, esse é o ponto de partida. Como custos não incorporáveis, temos, por exemplo, os custos financeiros – por exemplo, os juros, as provisões, menos valias, correções relativas a exercícios anteriores. São exemplos, digamos, da contabilidade patrimonial, que tem todos os custos do município que foram suportados ao longo do exercício, há uma série deles que, pela sua natureza, não fazem parte da contabilidade de custos, porque não faz sentido falarmos das provisões, custos financeiros, e por aí fora, imputá-los diretamente a qualquer bem ou serviço. Depois, os restantes custos, passa pela sua reclassificação em materiais, mão de obra, máquinas, viaturas e outros. E de seguida, o mapa CC1, materiais,



depois mapas de mão de obra, mapas de viaturas e máquinas, e depois, de CC6 a CC9, os mapas agregadores, que nos dão uma informação agregada.

Em termos daquilo que é o relatório simplificado, que entendemos fazer de forma a demonstrar ou evidenciar os resultados da contabilidade de custos, a contabilidade de custos, neste caso, é apurada essencialmente em dois (2) níveis: o nível um, que é a representatividade das funções, as grandes funções do município – funções gerais, sociais, económicas e outras funções. Em termos daquilo que é uma análise macro, temos as funções gerais a representar vinte e três por cento (23%), as funções sociais, quarenta e um por cento (41%), as funções económicas a representar dezassete por cento (17%), e as outras funções representam cerca de catorze por cento (14%). Por sua vez, num segundo nível de análise (nível dois), estas funções desagregadas, em transferências entre administrações, é a principal rubrica de afetação de custos do município, seguido da educação, seguido em terceiro lugar de habitação e serviços coletivos, e depois serviços culturais, recreativos, religiosos, indústria, energia, e assim sucessivamente, ordenados por ordem de grandeza, como podem verificar do gráfico.

Passando ao quarto ponto desta apresentação, e não menos importante, pela sua relevância, quer para as contas, como condicionante, quer como a marca que este município tem desde 2005, e que ainda há de ter por vários anos. No que foi o serviço da dívida no ano de 2016, em termos de amortizações de capital suportámos cerca de três milhões de euros (3.000.000€), suportámos de juros trezentos e sessenta e três mil euros (363.000€), num total de serviço da dívida de três milhões e quatrocentos mil euros (3.400.000€), em termos arredondados, o que perfaz uma média mensal de duzentos e setenta e nove mil euros (279.000€).

Em termos daquilo que foi o serviço da dívida suportado nestes doze (12) anos (2005-2016), a dívida inicial – e aqui contemplando o empréstimo de 2013 também, de dois ponto seis milhões de euros (2.600.000€) para fazer face aos subsídios não cabimentados que transitaram desde 2005, cujo processo se arrastou até 2013 – então, o município contraiu de dívida inicial nominal quarenta e sete ponto seis milhões de euros (47.600.000€). Amortizámos, nestes doze (12) anos, vinte e dois ponto oito milhões (22.800.000€), suportou-se encargos com juros de doze ponto oito (12.800.000€), num total de trinta e cinco ponto seis milhões (35.600.000€). Falta referir ainda aqui que muitas dessas situações relativas a subsídios não cabimentados foram, ao longo destes doze (12) anos, diretamente ao Orçamento, e portanto, não foram refletidas ou materializadas em dívida titulada junto da banca, e portanto, a estimativa que fazemos é que ande muito perto dos quarenta milhões de euros (40.000.000€) o esforço, aquele dinheiro que entrou no banco e que não foi possível dispor para investir, acima de tudo para investir, fez falta para investir no município, cerca de quarenta milhões de euros (40.000.000€). Este número deve fazer-nos refletir.

Em termos de *stock* da dívida, ela é, então, com este detalhe que podem ver, por banco, num total de vinte e quatro ponto sete (24.700.000€), a 31 de dezembro de 2016, como o Sr. Presidente teve oportunidade de referir, ainda hoje, já na casa dos vinte e quatro milhões (24.000.000€), porque entretanto temos vindo a amortizar, como é natural que assim aconteça.

Do ponto de vista daquilo que é a distribuição pela banca, a Caixa Geral de Depósitos assume a maior fatia, com doze ponto sete milhões (12.700.000€), seguida do Novo Banco, com cinco ponto nove (5.900.000€), e do BCP, também com cerca de seis milhões de euros (6.000.000€).



Em termos daquilo que foram os encargos com juros ao longo destes doze (12) anos, verifica-se um pico nos anos de 2007 e 2008, isto motivado pelas elevadas taxas de juro que, à altura, o mercado oferecia, em particular a Euribor, assim tivemos que suportar, para além de que nestes anos iniciais, o capital em dívida era mais alto. À medida que o tempo vai passando, esse valor em dívida vai diminuindo, e portanto, a base sobre a qual incidem os juros tende a diminuir. De alguma forma isso vai-se verificando ao longo dos anos subsequentes, até à data, mas de alguma forma este grande pico explica-se pelas elevadas taxas de juro, e tendencialmente, como em 2016, esse valor vai sendo mais suave, porque beneficiamos até de uma Euribor negativa neste momento.

Em termos daquilo que é a nossa capacidade de endividamento em 31 de dezembro de 2016, como já referi, os vinte e quatro ponto sete (24.700.000€) de saldo, diminuimos a dívida em dez ponto um por cento (10,1%) com a amortização que se fez no ano de 2016, a nossa margem absoluta de endividamento é já de dez milhões e meio (10.500.000€), sendo certo que apenas podemos usar, nos termos da Lei n.º 73/2013, vinte por cento (20%) desse valor, que dá cerca de dois milhões de euros (2.000.000€), mas isso, mesmo assim, condicionado à situação de estarmos em situação ainda de reequilíbrio financeiro, até obtermos visto do outro processo. Só após esse momento poderemos dispor deste valor de dois milhões de euros (2.000.000€) para qualquer investimento que possa vir a ser necessário realizar. E portanto, até lá é apenas um valor meramente informativo.

Como eu tive oportunidade de referir no início, relativamente ao Quadro de Pessoal, entendemos este ano no relatório de gestão prestar alguma informação que nos permita também perceber aquilo que é, à data, o Quadro de Pessoal do Município. Temos, então, trezentos e setenta e um trabalhadores, com uma idade média de quarenta e oito (48) anos; o índice de trabalhadores com cinquenta e cinco (55) anos ou mais é cerca de um terço, cerca de trinta e um por cento (31%); a antiguidade média é de dezanove (19) anos; o índice de trabalhadores com formação superior é vinte e dois por cento (22%). Portanto, eu diria que ainda fica bastante aquém daquilo que é desejável para um município, para uma administração local moderna, do séc. XXI. É um trabalho que tem que ser feito paulatinamente, não é possível fazer grandes contratações de imediato, e mudanças bruscas de imediato. E a taxa de absentismo é na casa dos dez por cento (10%). Acerca deste valor, gostava de referir que é um valor perfeitamente alinhado com aquilo que é este setor da função pública no Estado, está perfeitamente dentro dos parâmetros normais. Nesse aspeto, também já somos uma Câmara normal.

Em termos daquilo que foi a evolução do número de trabalhadores ao longo destes doze (12) anos, embora no relatório de gestão tenham apenas a informação a cinco (5) anos, eu entendi aqui alargar a informação para uma informação mais completa, e podemos ver esta evolução ao longo dos anos: o pico – e gostaria de realçar isso, temos menos sessenta e sete (67) funcionários, em termos líquidos, do que em 2005, menos oitenta e nove (89) face a 2008, ano em que se verificou o aumento de trinta (30) funcionários relativos à integração dos professores das AEC, que até aí estavam em regime de prestação de serviço, e depois há este pico que se verifica aqui no ano de 2008, que depois, a partir daí, como se pode ver, continua a diminuir, tem a ver com este facto.



Em termos de evolução, nestes doze (12) anos, em termos de género: os homens, digamos assim, apesar da diminuição que se verifica, os homens têm perdido peso relativo em termos de número, há menos oitenta e seis (86) homens e mais dezanove (19) mulheres. Portanto, aquela redução resulta, ou desdobrou-se, digamos assim, em termos de género, desta forma: menos oitenta e seis (86) homens e mais dezanove (19) mulheres que em 2005.

Passando ao sexto e último ponto, relativo aos indicadores económico-financeiros, apresentamos em 2016 um índice de autonomia financeira de trinta e dois por cento (32%), uma liquidez geral de duzentos e treze por cento (213%), e uma liquidez imediata também de duzentos por cento (200%) – estes dois (2) indicadores em particular demonstram-nos a capacidade do município de solver os seus compromissos de curto prazo. Portanto, temos, digamos, o dobro da capacidade, o dobro da disponibilidade para solver aqueles que são os nossos compromissos de curto prazo.

A rentabilidade líquida do ativo, vinte e seis por cento (26%); cobertura de imobilizado por capitais permanentes, sessenta e quatro por cento (64%); e um prazo médio de pagamento a seis (6) dias, em linha com os cinco (5) verificados no ano anterior.

Daquilo que é o ponto de vista das entidades externas que monitorizam os vários municípios do país, aqui no caso, o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, sendo o último disponível relativo a 2015, apresento aqui estes indicadores: estávamos em quinto lugar entre os municípios com maior grau de execução da receita, com cento e seis por cento (106%) – portanto, isto em 2015 – que de alguma forma está alinhado com os cento e quatro por cento (104%) que já tive oportunidade de referir nesta apresentação, um grau de execução da despesa comprometida inferior ao grau de execução das receitas liquidadas, ocupamos o décimo terceiro lugar dos trezentos e oito (308) municípios, com uma diferença de menos vinte e um por cento (21%); entre os municípios com maior diminuição do passivo exigível, ocupamos o quadragésimo lugar, com menos três ponto um milhões de euros (3.100.000€), como já tive oportunidade de demonstrar aquando do ponto da dívida. E em termos do *ranking* global de eficiência financeira do Distrito do Porto, situamo-nos entre os dezoito (18) municípios em quinto lugar. Portanto, eu diria que estes são indicadores, indicadores quer calculados por nós, de acordo, obviamente, com as normas, quer das entidades que, de fora, nos analisam as contas, nos validam e verificam o nosso desempenho, penso que são contas mais do que merecedoras da confiança que os municípios depositaram em nós.

Disse.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Irámos, agora, dar a palavra aos Srs. Deputados. Jorge Pessoa, Patrícia Vieira, Rolando Pimenta. Portanto, temos três (3) inscrições. Eu daria a palavra, então, ao Sr. Deputado Jorge Pessoa.

--- Jorge Pessoa (PPD/PSD) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sra. Secretária, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público e comunicação social.



Seriedade, rigor e transparência. Repito: seriedade, rigor e transparência – três (3) palavras mais que suficientes para demonstrar o que foi o exercício de 2016, explanado na Prestação de Contas em apreciação nesta Assembleia.

Seriedade na forma de fazer política, uma política virada para as pessoas e para as instituições; seriedade na forma de tratar os fornecedores, ao pagar todas as obras e atividades desenvolvidas no prazo médio de seis (6) dias; seriedade na forma de lidar com as chamadas contas do passado, respeitando todos os compromissos assumidos e ao pagar religiosamente todas as suas obrigações; seriedade ao fazer apenas aquilo que pode pagar; seriedade no tratamento das Juntas de Freguesia e das instituições deste concelho. Aqui, destacaria que as transferências correntes aumentaram sete por cento (7%), e as transferências de capital aumentaram dezasseis ponto nove por cento (16,9%).

Rigor: aqui destaco a diminuição em seis vírgula quatro por cento (6,4%) na rubrica de aquisição de bens e serviços, diminuição esta obtida pelo rigor implementado na compra de bens e na contratação de serviços a fornecedores, e na melhoria dos preços apresentados pelos mesmos em resultado do prazo médio de pagamentos; rigor na execução orçamental, tendo atingido os cento e quatro por cento (104%) na execução da receita, e os setenta e três por cento (73%) na execução da despesa – aqui o vereador já explicou que se não fosse o adiamento dos fundos comunitários, certamente teríamos atingido os noventa por cento (90%); rigor que se reflete no resultado positivo apresentado; rigor demonstrado ao nível do endividamento, nível este abaixo do máximo legal, e que nos permitiu recentemente aprovar nesta Assembleia a revisão do contrato de reequilíbrio financeiro e futuramente atingir a liberdade que tanto ansiamos, e definir nós próprios inteiramente o nosso destino.

Transparência: temos aí um *slide* que fala de transparência, temos ali vinte (20) resmas de papel, dez mil (10.000) folhas. Isto é a nossa contabilidade de custos. Se alguém quiser ler a contabilidade de custos, é precisamente isto que tem que ler, são dez mil (10.000) páginas, dez mil (10.000) páginas da transparência implementada. A contabilidade de custos, implementada a partir deste exercício, permite-nos agora analisar ao mais ínfimo pormenor todas as contas da autarquia. No limite, quase que poderíamos analisar, parafuso a parafuso, as contas hoje apresentadas. Com a contabilidade de custos, poderemos mesmo dizer: “O algodão não engana”.

Termino com um desafio a todos os membros desta Assembleia, todos sem exceção: perante a seriedade – volto a dizer, a seriedade, o rigor e a transparência evidenciados nesta Prestação de Contas, esqueçam as guerrilhas políticas, esqueçam as eleições que aí vêm, e tenham a coragem, repito, a coragem de votar em consciência. É certamente que se todos votarem em consciência, iremos aprovar estas contas por unanimidade.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente. Dispensava os cordiais cumprimentos.



E no seguimento do ponto de trabalho, diria que a apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do município não é um mero exercício técnico e contabilístico para aferir do rigor, da conformidade das contas prestadas e da sua transparência. Muito além dos aspetos técnicos, o que nos compete aqui hoje é fazer uma apreciação dos critérios políticos que presidiram à sua execução, em inteira e indissociável ligação ao Orçamento aprovado.

Da análise conseguida do documento de Prestação de Contas de 2016, atenta a sua complexidade e atenta o tempo útil que tivemos para apreciação – que a meu ver foi deveras muito pouco – permitam-me apenas tecer os seguintes considerandos: Sr. Presidente, parece-nos resultar do documento uma execução de despesa onde manifestamente o investimento aparece-nos numa percentagem inferior ao que o previsto. Seria pertinente, Sr. Presidente, concluir que isto trata-se de um meio de reforço de investimento em ano de eleições?

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Rolando Pimenta.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa, Exma. Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, comunicação social, Marcoenses.

Em primeiro lugar, congratular-me pela cesariana, que creio eu que demorou doze (12) anos, e finalmente temos contabilidade de custos. E também gostaria de felicitar um deputado da nossa Bancada, que infelizmente, por motivos de saúde, hoje não está aqui, que é o Sr. Coronel José António Valdoleiros, que recorrentemente alertava para a necessidade da implementação desse instrumento, que agora possibilitará um maior rigor e a transparência por que todos devemos lutar.

Posto isto, e para não me alongar demasiado, vou ler uma curta comunicação:

No estrito cumprimento dos deveres a que me encontro obrigado pelo voto dos meus concidadãos, e com o sentido de responsabilidade conferido por um imperativo de consciência que considera o exercício das funções que me foram conferidas como transitórias e encaradas como um serviço cívico, apresento uma leitura macroeconómica das contas de gerência relativas ao exercício económico de 2016.

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar os Marcoenses em geral, sim, porque são eles que criam riqueza neste concelho, e já constatámos que esta Câmara é exímia em sacar aos Marcoenses o esforço da sua iniciativa e do seu trabalho, porque como disse o Dr. Vítor Gonçalo, a execução da receita ultrapassa os cem por cento (100%), são altamente eficientes nesse sentido, não o sendo na correspondente medida a nível do investimento gerador de riqueza, de emprego e de desenvolvimento. E aí, quanto a despesas de investimento, ficamo-nos por uns míseros sessenta por cento (60%).



Mas, quero felicitar os Marcoenses em geral porque um resultado positivo de vinte e quatro milhões e seiscentos mil euros (24.600.000€) é obra, e também permita-me felicitar o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Manuel Moreira, e do responsável pela área, Dr. Vítor Gonçalo. Mas, eu tenho uma leitura diferente, e a leitura diferente será provavelmente o resultado positivo de quatro milhões e seiscentos mil euros (4.600.000€). E então, analisemos as contas: como se chegaram a estes resultados positivos de vinte e quatro milhões e seiscentos mil euros (24.600.000€)? No pouco tempo que dediquei à análise das presentes contas – nós, Oposição, somos amadores, como sabem – constatei:

a) Esse valor originou – os vinte milhões (20.000.000€), em números redondos – de resultados extraordinários. Quando analisamos umas contas e vemos resultados extraordinários, ficamos alerta, de onde é que vem este dinheiro, até porque esta Assembleia, no passado, viu aqui um golpe de magia, recorrendo também aos ditos resultados extraordinários – isto foi há dois (2) anos – um golpe de magia em transformar os resultados líquidos negativos, de dez milhões e duzentos mil euros (10.200.000€) em apenas dois milhões (2.000.000€). Foi um golpe de magia, recorrendo aos ditos resultados extraordinários.

b) E qual a proveniência destes vinte milhões (20.000.000€) de resultados extraordinários? Pesquisando um pouco, constatei – e como muito bem explicou aqui o Dr. Vítor Gonçalo – são provenientes da redução, ou anulação, de provisões de igual montante – valores aproximados, temos que falar aqui em valores aproximados, vinte milhões (20.000.000€). Aí é que – e perdoem-me esta linguagem prosaica – “a porca torce o rabo”. Há dois (2) anos, quando analisámos as contas de 2014, ficamos todos aqui aflitos, e daí, felizmente, estamos a caminhar para uma maior transparência, desta vez, de facto, a explicação não é completa, mas disseram de onde é que vinham os vinte milhões (20.000.000€); na altura, quando eu descobri, que me dei ao trabalho de descobrir aquele buraco de dez milhões (10.000.000€), ninguém encontrou aqui resposta, começaram a inventar que foi do processo da CEM, enfim, foi uma trapalhada. Foi uma trapalhada, e ainda hoje não me convenceram desse resultado apresentado relativo às contas de 2014. Bem, mas então anulam-se provisões no valor de vinte milhões de euros (20.000.000€). É evidente, os Marcoenses devem-se felicitar porque, quer dizer, qualquer pessoa que esteja minimamente informada vai depreender que houve processos judiciais favoráveis ao município, e os Marcoenses, como se diz, e muito bem, somos todos nós. Ótimo, ótimo. Mas, é um facto que não vimos qualquer documento a fundamentar essa anulação de vinte milhões (20.000.000€), e eu gostaria de ver quais foram os critérios aplicados, se houve decisões judiciais, porque das duas, uma: ou se criam provisões de um modo aleatório – quer dizer, é que estamos a falar em vinte milhões (20.000.000€), foi aleatoriamente. Quer dizer, com base em quê? E agora, com base em que critérios se faz a anulação desses vinte milhões (20.000.000€)? Quer dizer, tem que haver um critério, tem que haver uma decisão judicial, ou então, no passado, não sabiam o que andavam a fazer. Não sabiam o que andavam a fazer. E o que me surpreende, a não ser que o Sr. Auditor tenha tido a documentação complementar a que eu não tive acesso, ele nada diz sobre a questão, eu não li nada, e são vinte milhões (20.000.000€), sinceramente. Talvez tenha tido acesso a essa documentação complementar, ou então não viu, provavelmente o que será mau nisto tudo. aguardo esclarecimento, mas com documentação – com documentação; não é oral, gostaria de ver documentação que fundamente esta anulação na ordem dos vinte milhões de euros (20.000.000€).



Eu tinha aqui uma nota para alertar que sucedeu algo menos transparente há dois (2) anos, mas já consegui exprimir essa dúvida.

E continuando nas contas: sem surpresa constatamos que o município goza de boa saúde financeira. E volto a dizer que o mérito é do Executivo, mas sobretudo dos Marcoenses. E encerramos o ano com onze milhões e seiscentos mil euros (11.600.000€) na gaveta – na gaveta, atenção, onze milhões e seiscentos mil (11.600.000€) na gaveta. E o grande mérito deste Executivo é, ao longo destes anos, ter convencido os Marcoenses que não havia dinheiro. Ainda hoje vimos aqui um munícipe a lamentar-se da escassez desse bem fundamental para o desenvolvimento e o crescimento do nosso concelho, grande mérito de V. Exas. E esta ausência de liquidez, que é uma falácia total, completa, reveste-se, na prática, na inexistência de projetos estruturantes e potenciadores do desenvolvimento e crescimento económico para o nosso concelho.

Este Executivo também tem agitado continuamente a falácia da dívida, dos juros, e o Dr. Vítor Gonçalo, muito bem – o gráfico esteve aí exposto – e de facto, essa situação chegou a ser preocupante; chegou a ser preocupante. Mas, felizmente, há uns anos a esta data, não o é, nem por sombras, antes pelo contrário – antes pelo contrário. Também V. Exas. têm mérito, ou, digamos, o mérito é duplo: uma parte, atendendo a que, efetivamente, conseguiram cumprir o contrato de reequilíbrio financeiro, e têm cumprido, e, naturalmente, a dívida vai baixando, mas também, por outro lado, a conjuntura nacional e internacional permitiu a queda das taxas de juro, o que, atualmente, o valor dos encargos bancários situa-se na ordem, é um valor ligeiramente inferior aos quatrocentos mil euros (400.000€). Mas, atenção, agitou-se esse papão dos encargos bancários, mas os resultados financeiros, ou seja, descontando esse custo, são positivos na ordem de um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€). Quer dizer, caros Marcoenses, quem foi que disse que os juros da dívida limitavam drasticamente a ação deste Executivo? É enganado quem quer. É enganado quem quer.

Eu, há dois (2) anos, quando analisámos estas contas, falei, fui um bocado grosso e falei em contas marteladas. Hoje, posso falar, se não me derem documentação, em cosmética. Há uma evolução, quer da minha parte, mas também resultante de uma maior abertura da parte de V. Exas. Mas, há aqui um aspeto – e louvo esta operação de cosmética, se não houver, de facto, documentação que valide esta operação jurídico-contabilística, vai possibilitar tapar o buraco resultante de resultados transitados negativos. É o grande mérito desta operação.

E brevemente vão-se ver livres da minha intervenção, mas vou concluir, tenho aqui mais uns apontamentos curtos, uns curtos apontamentos.

Vou-vos falar da execução orçamental. E cumprirá a todos os Marcoenses refletir, opinar e futuramente decidir face aos números que seguidamente citarei – e atenção, estes números não são meus, nem da Bancada do Partido Socialista. O Orçamento de 2016 tem uma execução de receita de cento e três por cento (103%), ou seja, conseguem, de facto, sacar aos Marcoenses o máximo. E isso aí é um sinal de eficiência, mas também se pede igualmente eficiência do outro lado, não é só de ir lá buscar o dinheiro do esforço do trabalho e dos empresários Marcoenses. A execução de despesa, aí já é de setenta e três por cento (73%), mas o mais grave é que podia ser a execução de despesa corrente, era poupança, mas as despesas de investimento, ainda a taxa de execução é inferior, é sessenta por cento (60%) do orçamentado.



Depois, quanto às Grandes Opções do Plano, aí a situação é mais gritante, aí é gritante e preocupante. E peço especial atenção para estes números: na ação social, a taxa de execução é de vinte e sete por cento (27%). Mas, quando o Orçamento é muito grande, até se diz “é vinte e sete por cento (27%), mas o bolo é enorme”, mas coitado, aquilo é uma fatia digna de uma Junta de Freguesia de um concelho vizinho. O ordenamento do território, todos nós sabemos que é um dos grandes problemas que o nosso concelho tem, é de dois ponto três por cento (2,3%). É, de facto, um número significativo. O saneamento, quarenta e seis por cento (46%) de taxa de execução. Abastecimento de água, não aparece lá nada, portanto depreendo que será zero – se não aparece nada, será zero. Cultura, quarenta por cento (40%).

E vão-me desculpar regressar aos anos sessenta (60) e setenta (70), que me marcaram muito, e apetecia-me citar Jim Morrison, dos “The Doors”, dizendo: “Acordem”, “Wake up, Marcoenses”.

Tenho dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, ou a quem ele indicar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, se não se importasse, começava o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalves, e eu depois concluiria.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava, então, a palavra ao Sr. Vereador Vítor Gonçalves, responsável pelo pelouro.

--- Vítor Gonçalves (Vereador) ---

Relativamente à questão colocada pela Dra. Patrícia Vieira, se a questão da baixa execução teve a ver com aumentar o investimento para o ano de eleições, eu queria dizer-lhe – e se esteve atenta à minha apresentação – que a razão de ter havido um baixo investimento teve a ver com os atrasos dos fundos comunitários. Como sabem, é sobejamente sabido, todos os Marcoenses o sabem, tem sido amplamente discutido todos os anos nesta Assembleia, este município depende, como de pão para a boca, dos fundos comunitários. Portanto, se o investimento não for alimentado por fundos comunitários, a nossa capacidade de investimento será sempre muito reduzida, e será muito mais difícil, demorará muito mais anos a alavancar o município e a sair do fosso que ele tem face a muitos municípios da região e do país. E portanto, temos, naturalmente, que aguardar pela disponibilização dos fundos comunitários para poder investir. E foi esse atraso dos Quadros, a quebra dos Quadros Comunitários, o fim de um e o arranque de outro, que fez com que houvesse aqui, digamos, esse desfasamento. Mas, uma coisa é certa, e eu queria deixar essa garantia, quer aos membros da Assembleia que irão votar em consciência, quer a todos os Marcoenses: o dinheiro que a Câmara tem está cá, ou na caixa, ou no banco, têm inclusive os extratos bancários na conta. Portanto, o dinheiro é do município, é de todos, está cá. Portanto, essa certeza, pelo menos, têm.

Relativamente às questões colocadas pelo Dr. Rolando Pimenta, eu diria que é o que dá trazer as questões feitas de casa. E portanto, penso que muitas das questões foram respondidas pela minha apresentação, designadamente no que respeita à questão da execução da receita, de



cento e quatro por cento (104%), eu justifiquei, volto a repetir: o cálculo dos valores da dotação do lado da receita são com base matemática, suportados com base na média dos últimos vinte e quatro (24) meses que antecedem a apresentação do Orçamento, e portanto, não é possível estar a alterá-los para que eles possam aproximar-se.

E como tive oportunidade também de referir, a principal rubrica, de um ponto dois milhões de euros (1.200.000€), cerca de um (1.000.000€) a mais, foi cerca de um milhão de euros (1.000.000€) de fundos comunitários que se recebeu mais tarde, e portanto, entrou em 2016, e não estava. E essa rubrica, como compreendem, mesmo que se faça uma média, essa média, como não é linear a obtenção dessa receita, o valor da média nunca será representativo ou indicador para o ano seguinte. Portanto, verificar-se-á que num ano pode acontecer para cima, noutro ano pode acontecer para baixo. E portanto, é essa a razão essencial. Depois, recebemos também um valor de cerca de cento e cinquenta mil euros (150.000€) de IMI relativo a anos anteriores, desde, salvo erro, 2012, 2013, um valor que a Autoridade Tributária resolveu agora pagar aos municípios – não foi só o Município de Marco de Canaveses que recebeu, receberam um pouco por todo o país.

Relativamente à questão de como se chegou ao resultado líquido de vinte e quatro milhões (24.000.000€): eu tive o cuidado – volto a repetir, eu tive o cuidado de explicar detalhadamente a razão de como chegámos a esse valor. Eu queria deixar aqui uma garantia, e sou apenas o transmissor dessa garantia: as nossas contas – e desde 2014 a esta parte, pela primeira vez, porque nunca o tinham sido – são certificadas por um Revisor Oficial de Contas. E se isso não bastasse, são sujeitas a depósito no Tribunal de Contas, e também analisadas pela Entidade das Contas. E portanto, Sr. Dr. Rolando Pimenta, as de 2014 certamente já foram analisadas, e porque hoje teve o cuidado de reiterar as suas dúvidas sobre essas contas, não recebemos qualquer questão, qualquer dúvida acerca delas. Eu, pessoalmente, tive o cuidado de o receber no meu gabinete e de lhe esclarecer a forma como se chegou àquela variação na rubrica das provisões, documentei-o devidamente, pensei que a questão estava devidamente esclarecida. Vi que hoje voltou a levantar dúvidas, também não sei que mais informação lhe possa dar, porque até documentos lhe apresentei.

Relativamente a esta variação, também na rubrica das provisões, este ano, tem na Prestação de Contas, e o mapa que é obrigatório, demonstrativo do valor das provisões, falou ou avançou como hipótese o facto de terem sido findados, ou anulados, processos judiciais, também é do conhecimento desta Assembleia, e da própria mediatização através da comunicação social, que o processo das águas – e eu tive o cuidado de referir esses dois (2), quer a ação popular, quer o processo das águas, tiveram evolução do processo judicial ao longo dos anos, primeiro em sede de Tribunal Arbitral, com uma condenação, e depois o nosso recurso, que foi admitido a recurso. E ao ser admitido a recurso, até ao fim, e porque aludiu e colocou aqui em causa o trabalho deste Executivo e dos vereadores que tiveram a pasta financeira nos anos anteriores, dizendo que, ou não sabiam o que estavam a fazer, ou então isto não tinha explicação. Eu quero garantir-lhes que cada um dos vereadores do pelouro financeiro soube muito bem aquilo que esteve a fazer no passado, assim como também sabemos o que fizemos este ano. Portanto, essa anulação é o reflexo da passagem, ou da alteração ou da fase desses processos, em que a partir do momento, numa fase inicial, era pedida uma indemnização de trinta e um milhões (31.000.000€). A condenação em Tribunal Arbitral foi de dezasseis milhões (16.000.000€), toda a gente no Marco de Canaveses sabe isso. Portanto, à época, os trinta e um milhões



(31.000.000€) estavam corretos, eram o risco máximo porque era a indemnização pedida, e muito bem, ao abrigo do princípio da prudência, foi assim constituída a provisão; assim que houve a condenação, e ela não transitou em julgado, e a admissão a recurso, o valor de referência último é os dezasseis milhões (16.000.000€). Tivemos o cuidado, como lhe disse, de estimar os juros à taxa legal também em vigor. Até isso está devidamente acautelado e estimado nas nossas provisões. Também não terei problemas em evidenciar-lhe, se assim entender – obviamente não integra a Prestação de Contas, e como tal, também não tenho aqui, mas em poder documentá-lo para que dúvidas não restem, porque a nossa transparência é total.

Esta questão das provisões, acho que já respondi à maioria das questões. A questão de gozarmos de boa saúde financeira, citou onze milhões (11.000.000€), o saldo orçamental ou de gerência transitado são apenas dez ponto quatro (10.400.000€); o outro milhão (1.000.000€) que referiu são operações não orçamentais, são garantias, são retenções, são valores que o município não pode usar, sob pena de incorrer em crime. Portanto, está lá, mais uma vez o valor é apresentado, tem que constar das contas, mas não é um valor de que possamos dispor para gastar. E que isso fique também bem claro.

Depois, disse que acenamos sempre com a questão dos juros. Referiu-se, e eu tive o cuidado de referir que, de facto, a Euribor está muito baixa, nesta altura até negativa, e estamos a beneficiar disso. Mas, aquilo que nós temos dito, e que o Sr. Presidente tem repetido até à saciedade, é que referiu-se sempre a serviço da dívida. E serviço da dívida não é só juros. Como pude apresentar, juros são cerca de trezentos mil euros (300.000€), e cerca de três milhões (3.000.000€), ou três ponto um milhões (3.100.000€), quando falamos de amortização de capital. Como vê, é o serviço da dívida, que é a sua totalidade, que é pesado de suportar. Portanto, foram mais de três milhões (3.000.000€) neste ano. Os juros, de facto, ainda bem que assim é, e beneficiamos dessa conjuntura, e como pudemos demonstrar e trazer a esta Assembleia na última oportunidade que tivemos, ainda nos será possível baixar ainda mais os encargos com os juros, assim consigamos visar o nosso procedimento de substituição da dívida.

Referiu-se a cosmética, contas marteladas em 2014, eu não posso dizer mais do que repudiar este tipo de afirmações, que acho que não abonam, nem a favor do município, nem a favor desta Assembleia. A nossa transparência é total, esta Assembleia tem documentos de Prestação de Contas como nunca teve, agora inclusive pela contabilidade de custos, tem as contas certificadas como nunca teve, e queria também deixar uma garantia, que resulta da própria certificação de contas, e conheço isso por experiência profissional: falamos aqui, e a sua grande preocupação foram os vinte milhões (20.000.000€) da redução ou da anulação das provisões; eu queria garantir, embora não tenha o valor exato, mas que o valor da materialidade do revisor, o erro tolerável do revisor, isto é, a partir do qual ele é obrigado, por deontologia profissional, e porque o trabalho dele também é sujeito a controlo, inclusive pelo próprio Tribunal de Contas, eu queria garantir que esse valor é na casa das poucas centenas de milhares de euros. Portanto, esse erro tolerável, se ele, ao analisar o seu trabalho, em qualquer das rubricas ou lançamento, detetar um erro na casa dos cem mil (100.000€), duzentos mil (200.000€), trezentos mil (300.000€), até às poucas centenas, ele teria que colocar uma reserva, e essas reservas não existem, exceto na questão do património, como é possível verificar da própria Prestação de Contas. Portanto, quando falamos de uma regularização ou anulação de provisões de vinte milhões de euros (20.000.000€), eu posso garantir – porque outras entidades assim o atestaram também – que esse valor está correto, e queria deixar essa garantia, quer a esta Assembleia,



quer ao Dr. Rolando Pimenta, e a toda a Bancada do Partido Socialista, quer a todos os Marcoenses.

Depois, relativamente à questão da execução orçamental, usou a expressão “sacar o máximo aos Marcoenses”. Aquilo que também é amplamente sabido, do lado da receita, é que, de facto, as taxas que nós aplicamos são aquelas que decorrem do contrato de reequilíbrio financeiro. E portanto, não é possível reduzir as taxas de IMI, IRS e Derrama, como bem sabe.

Depois, penso que o Sr. Presidente também irá completar no que se refere a algumas questões da execução orçamental, do lado da ação social, do ordenamento do território, cultura.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria, então, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito brevemente, até porque o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalves, foi suficientemente completo nas informações, nas explicações, nas respostas à intervenção dos Srs. Deputados, e em especial, naturalmente, do Sr. Deputado Rolando Pimenta.

Eu quero agradecer, naturalmente, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Pessoa, e vou-me louvar naquilo que ele disse aqui, de forma, diria, paradigmática, e isso faz parte da democracia, faz parte do debate político: deve ser feito com seriedade, deve ser feito com rigor, deve ser feito com transparência. Isto vale para a maioria, vale para o Executivo, mas meus amigos, vale para a Oposição, vale para todos, porque isso é que é a democracia, exatamente o contraditório democrático, tem que se fazer, exatamente, com seriedade, com rigor e com transparência. E eu pergunto-me: foi isso que aconteceu aqui, da parte do Sr. Deputado Rolando Pimenta? Julgo que não. A sua própria intervenção encerra em si própria as contradições que foram evidentes, foram evidentes para qualquer leigo que não perceba praticamente nada, ou mesmo nada, daquilo que são questões financeiras ou orçamentais. E quando terminou a pedir “acordem Marcoenses”, eu penso que o senhor lhes poupou a oportunidade de o ouvirem, porque, se calhar, o seu Partido não ficaria com uma imagem exatamente desse rigor, dessa seriedade, dessa transparência com que se deve fazer o debate democrático. E o debate democrático é essencial a uma democracia de qualidade que queremos na nossa terra, e a nossa terra é Marco de Canaveses e é Portugal.

E é por isso que queremos estar aqui, exatamente a apresentar aquilo que foi a conta de gerência de 2016, como também vamos fazê-lo daqui a pouco em relação à revisão orçamental, que resulta do facto de termos o saldo orçamental, que só agora é que nos é proporcionada a oportunidade de o fazer encaixar no nosso Orçamento de 2017. E até diria que gostaríamos que houvesse essa oportunidade de o fazer mais cedo, porque se é verdade que ficaram mais de dez milhões (10.000.000€), dez milhões e quatrocentos mil euros (10.400.000€) de saldo, não foi porque nós não tivéssemos projetos, e as Juntas de Freguesia também; não, foi porque, efetivamente, é preciso, exatamente, alocar a um conjunto de projetos, apoios comunitários. Isso é fundamental. Olhe, dou a título de exemplo, que isso está também patente no nosso Orçamento: vamos investir no nosso futuro Centro Cultural do Marco de Canaveses – e quero



aqui dizer que é com muita pena que não o vou ver concretizado ainda no atual mandato, porque como sabem, não foi um *dossier* fácil quando herdámos a questão do edifício do antigo Cineteatro Alameda. E quando realmente decidimos concretizar aquilo que foi uma opção do Executivo anterior a nós, de 2005, nós queríamos dar-lhe uma utilidade funcional, e não apenas ter ali o edifício com um investimento de dois milhões e cem mil euros (2.100.000€), naturalmente do erário público municipal, e ainda não estar exatamente a funcionar o Centro Cultural do Marco de Canaveses, com uma sala de espetáculos que gostaríamos que fosse de trezentos (300) lugares, que era exatamente essa sala de espetáculos que o Marco merecia, de acordo com a dimensão de ser um município médio de Portugal, e também com um palco para todo e qualquer evento que quiséssemos lá fazer, mas temos que, de algum modo, nos adaptar àquilo que já era a estrutura física daquele espaço físico. Mas, vamos tentar puxar para trezentos e vinte (320) lugares. Como também a Biblioteca Municipal, porque o Marco de Canaveses merece uma biblioteca com outra dimensão e com outra modernidade e qualidade; e também o Espaço Arte, que tem sido um sucesso. Já agora, convido os Srs. Deputados, se puderem passar nestes próximos dias, para verem a exposição que ainda inaugurámos no dia 25 de abril, exatamente no nosso Espaço Arte do Museu Municipal Cármen Miranda, sobre *cartoons* e caricaturas do Santiago – que é um docente da Escola EB 2/3 de Toutosa, António Santos, e com o seu pseudónimo de artista, Santiago – de grande qualidade, reconhecido já em vários países, em prémios que ele tem ganho, exatamente, com muitas das obras que estão ali patentes durante as próximas semanas. E isso, meus amigos, vai passar exatamente para o Centro Cultural de Marco de Canaveses, que vamos lançar a obra, penso ainda agora no mês de maio – lançar o concurso, melhor dizendo; obra física, se calhar será ainda provavelmente antes das eleições, mas muito pouco antes das eleições, porque as coisas são assim, foi aprovado o projeto pelas entidades competentes, e agora finalmente tivemos a aprovação de fundos comunitários, porque vamos investir ali mais de um milhão e trezentos mil euros (1.300.000€), financiados a oitenta e cinco por cento (85%) por fundos comunitários. Se não fosse isso, como é que nós poderíamos avançar, fazer aquela obra, que já o queríamos ter feito há mais anos? Só com fundos comunitários, e ela, por isso, aí vai estar. Por isso, tínhamos que, de algum modo, garantir esses valores, esses fundos, porque nós vamos avançar com o dinheiro, e depois vamos recebendo, gradualmente é que vamos tendo exatamente esse apoio dos fundos comunitários, e nós alocamos quinze por cento (15%) do investimento global. Por isso, nós tínhamos que garantir para o Orçamento deste ano, exatamente, os fundos necessários para podermos alocar os fundos comunitários. É essa a razão principal para que, realmente, tivéssemos tido esse saldo.

Mas, estranho imenso, é que o Sr. Deputado Rolando Pimenta pelos vistos está infeliz por os juros estarem baixos, queria juros altos, para nós podermos ainda pagar mais, porque, de facto, três milhões e cem mil euros (3.100.000€) por ano de amortização é pouco; duzentos e setenta e nove mil euros (279.000€) por mês de serviço da dívida, é pouco. “Por que é que estes homens não têm mais, não pagam mais?” Por que é que os Marcoenses, que ele tanto elogiou, não pagam mais aos bancos? Já chega, Sr. Deputado Rolando Pimenta, já pagámos, de facto, muito mais do que trezentos mil euros (300.000€) por mês, que nos tolhe a nossa passada. Vejam só quantas obras fazíamos por mês nestes doze (12) anos, quantas obras fazíamos, ou se pudéssemos estar libertos, se não tivéssemos este serviço da dívida. Fazíamos muito mais obras, em todo o território municipal, das trinta e uma (31) freguesias anteriores, e das atuais dezasseis (16), que continua a ser o mesmo território, e naturalmente os cidadãos continuam a ser os cinquenta e três mil (53.000) habitantes do Marco de Canaveses, que merecem tudo de



nós. E é por isso que eu digo, e digo com muita convicção: Marco de Canaveses somos todos nós, e o Marco de Canaveses merece tudo de nós. E é por isso que estamos aqui. É por isso que estamos aqui, e sentimo-nos a prestar este serviço à nossa terra, e assim continuemos no futuro.

E por isso, Sr. Deputado Rolando Pimenta, de facto, o senhor devia, de forma sincera, autêntica, dizer que este Executivo tem procurado fazer o seu melhor, e elogiar também justamente, porque é esse também o elogio que fazemos a todos nós, cidadãos Marcoenses, porque somos a razão maior da nossa participação cívica, política, e também daquilo que é o exercício desta governação. Por isso, é obra, porque é assim que eu digo: eu nunca disse e nunca direi que aquilo que fizemos foi obra de um homem, ou até só do Executivo da Câmara, da maioria; não, é obra de todos os homens, mulheres e jovens da nossa terra, das empresas, das instituições, todos nós é que, efetivamente, somos obreiros daquilo que estamos a fazer.

E é por isso que queria concluir, e queria concluir dizendo que, de facto, gostaríamos de ter mais meios para podermos ter feito, ao longo dos doze (12) anos, mais coisas, daquilo que ainda estamos a fazer neste ano, e neste mandato, e neste final de mandato, mas acho que é nossa responsabilidade fazer tudo aquilo que estiver ao nosso alcance até ao fim do mandato, porque o mandato, tanto quanto eu sei, é de quatro (4) anos, é de quarenta e oito (48) meses, e não é apenas de trinta e seis (36) meses, em que no ano de 2017 não se podia fazer nada para que não fosse entendido como, realmente, qualquer iniciativa ou qualquer ação eleitoral. A nossa ação é pelo concelho, pelos cidadãos do concelho e das suas instituições, nesta parceria estratégica entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. E é por isso que tivemos muita honra em apresentar esta Conta de Gerência de 2016, como também temos honra em procurar reforçar o nosso Orçamento de 2017, que o iremos agora apreciar a seguir, para podermos exatamente exercitá-lo a valorizar e a desenvolver o nosso concelho.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, pôr à votação. Sr. Deputado, Sr. Dr. Rolando Pimenta, eu percebo perfeitamente que estamos num processo de campanha, e eu vou explicar por quê. Posso? Sr. Dr. Rolando Pimenta, se pudéssemos falar um bocadinho mais baixo e num tom diferente, eu agradecia-lhe imenso. Eu acredito que o senhor fez as suas interpelações, e o Sr. Presidente da Câmara deu as suas respostas. Acredito que não era isto que o senhor quisesse ouvir, mas não podemos mudar as respostas. Sra. Dra. Cristina Vieira, o Sr. Dr. Rolando Pimenta é uma pessoa de certeza muito capaz, muito profissional para responder por ele próprio. Agradeço-lhe, obrigado. Sra. Doutora, eu já tentei perceber várias vezes que estes diálogos entre a Mesa e os deputados, que eu admiro e admito, o Sr. Dr. Rolando Pimenta fez as suas questões, e o Sr. Vereador e o Sr. Presidente da Câmara deram as suas respostas. E portanto, nós estamos numa fase agora que é de pedido de esclarecimentos, porque queremos ouvir outras respostas. Certo, Sr. Dr. Rolando Pimenta, certo. Eu vou-lhe deixar fazer duas (2) perguntas concretas, e vamos ver, então, do que é que vamos falar. Faça favor, Dr. Rolando Pimenta. Quatro (4) que sejam, Dr. Rolando Pimenta, as que o senhor quiser. Mas sou eu que decido, Sra. Doutora, sempre, aqui nesta casa.

--- Rolando Pimenta (PS) ---



Muito obrigado, Sr. Presidente, por estar a cumprir o Regimento.

A primeira pergunta tem a ver – e faço esta pergunta diretamente ao Dr. Vítor Gonçalo – se está o município, ou não, obrigado a aplicar a taxa máxima do IRS – é uma pergunta, ou seja, não devolver aos Marcoenses até cinco por cento (5%) do IRS. É uma pergunta concreta, é a primeira pergunta.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

O pedido de esclarecimentos são novas perguntas, era isso que eu queria chegar ao fim e explicar novamente às pessoas. As pessoas não têm a capacidade para fazer as questões todas, Sr. Doutor, e era isso que eu queria dizer a este parlamento: as pessoas não conseguem fazer as perguntas todas, e conforme vão saindo as respostas, as pessoas vão fazendo novas perguntas. Portanto, não é um esclarecimento, Sr. Doutor, são novas perguntas. Sr. Dr. Rolando Pimenta, deixe-me só acabar: eu vou-lhe deixar fazer as novas perguntas, porque o senhor esqueceu-se de as fazer há bocado, ou porque foi numa resposta que alguém lhe deu, e eu percebi há bocado que o senhor estava a escrever quando o Sr. Dr. Manuel Moreira estava a falar. Portanto, eu vou-lhe deixar fazer as novas perguntas, e não são um pedido de esclarecimento, e é importante pormos verdade nestas coisas. E eu estou a cumprir o Regimento, Sr. Doutor.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Está, ou não, o município obrigado, pelo plano de reequilíbrio financeiro, à devolução de até cinco por cento (5%) do IRS que os Marcoenses pagam.

Segunda questão: qual a documentação jurídico-contabilística que permitiu esta operação financeira. E de facto, nós somos o órgão fiscalizador, e temos que ter acesso à documentação. Portanto, se este município possui documentação e pode facultar às Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para não existirem dúvidas.

A terceira pergunta é se, conforme transparece das contas, há, ou não, disponibilidade em bancos, ou existia a 31 de dezembro, financeira, disponibilidade de depósitos bancários e caixa, no valor de onze milhões e seiscentos mil euros (11.600.000€).

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu vou pedir, então, vai ser o Sr. Vereador. Eu vou pedir, então, ao Sr. Vereador que faça as respostas a estas novas questões que foram pedidas, e não esclarecimentos.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Serei muito telegráfico. A questão do IRS já foi aqui esclarecida aquando do Orçamento – não sei se deste, se do anterior, mas já foi esclarecida: não é obrigatória porque, à data do reequilíbrio financeiro, esta medida não existia. É bom não esquecer que este município teve estes quase quarenta milhões (40.000.000€) de encargos com o serviço da dívida ao longo de doze (12) anos, e como diz o povo, “sem sangue não se fazem morcelas”. Portanto, foi necessário cobrar todas as receitas, receitas máximas, para permitir aguentar o serviço da dívida e fazer investimento.



Também já foi aqui assumido perante esta Assembleia, aquando do Orçamento, o compromisso de se o processo de substituição de dívida for visado, de apresentarmos uma proposta de redução em setembro. Portanto, eu não sei qual a dívida que ainda resta.

Segunda questão, a documentação que permitiu esta operação financeira: eu gostaria de esclarecer, em primeira mão, que isto não é uma operação financeira. Isto não envolve dinheiro; isto são estimativas meramente contabilísticas, isto não é nenhuma operação financeira. O senhor ainda podia argumentar que era operação financeira se o resultado líquido, se isto fosse uma empresa, conduzisse à distribuição de resultados, em que a seguir, no resultado, poderia distribuir-se os tais vinte e quatro milhões (24.000.000€) obtidos. Não, esses vinte e quatro milhões (24.000.000€) ficam nos fundos próprios da autarquia; como sabe, não há distribuição de resultados numa autarquia, e também fica esse esclarecimento. Portanto, não é uma operação financeira; mera estimativa contabilística ao abrigo do princípio da prudência.

Terceira questão, se há, ou não, disponibilidade dos onze milhões de euros (11.000.000€): de facto, o depósito é nesse montante, mas não há disponibilidade, porque mais de um milhão (1.000.000€) é um valor de que não dispomos para gastar. Portanto, é bom não trocar a qualificação das coisas e das rubricas. Portanto, é um valor de que o município não dispõe. Está nos bancos, e como consta dos extratos bancários que integram a Prestação de Contas, porque nós não escondemos nada, até os extratos bancários a 31 de dezembro anexamos à Prestação de Contas. Portanto, penso que está esclarecido. O valor de que dispomos para gastar é apenas de dez ponto quatro milhões (10.400.000€), como ainda o Sr. Presidente há pouco referiu.

Há bocado, quer do meu lado, quer do Sr. Presidente, faltou referir, acerca da execução orçamental, os baixos índices de execução que referiu, quer na cultura, água e saneamento, ordenamento do território, são áreas – como o Sr. Presidente teve oportunidade de referir, a questão do Centro Cultural – são áreas que por estarem intimamente ligadas aos fundos comunitários, e pelo facto de eles se terem atrasado, daí também a baixa taxa de execução. Nada teve a ver com vontade política.

Era só.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Vereador, pelos esclarecimentos que prestou. Vamos, então, à votação. Vamos votar por Partidos.

PCP/PEV: Quem vota contra? Quem se abstém? Uma (1) abstenção.

Marco Positivo: Quem vota contra? Quem se abstém? Duas (2) abstenções.

Marco Confiante com Ferreira Torres: Quem vota contra? Quem se abstém?

Partido Socialista: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Obrigado.

PPD/PSD: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?



O documento de Prestação de Contas foi aprovado, com treze (13) abstenções, e vinte (20) votos a favor. Se pudesse lê-la, agradeço.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

“O Grupo Municipal do Partido Socialista optou pela abstenção relativamente às Contas de Gerência do exercício de 2016 por manifestamente não ter sido apresentada documentação jurídico-contabilística que fundamente a operação que conduziu à anulação de provisões na ordem dos vinte milhões de euros (20.000.000€).”

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, ao **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para aprovação da 1.ª Revisão da Receita e da Despesa do Orçamento Municipal.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, ou a quem ele entender. Daria a palavra ao Dr. Vítor Gonçalo, para fazer a apresentação.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Então, muito breve, dado o adiantar da hora.

Como já tivemos aqui oportunidade de referir, o valor, então, a integrar é de dez ponto quatro milhões de euros (10.400.000€). E receitas, só aqui fazer uma ressalva que houve entre o Orçamento apresentado, ou aprovado aqui na Assembleia de novembro, e o momento atual, foram recebidas também receitas consignadas do FEDER, de um milhão e cem mil euros (1.100.000€), que por se tratar de uma receita consignada à despesa, que tem que ver precisamente com o Centro Cultural, não carece, digamos, de integrar esta revisão orçamental, será aqui apresentada aqui apenas por uma questão, mais uma vez, de transparência e de informação.

Então, a dotação do Orçamento que aprovámos aqui em novembro último ascendia a vinte e sete ponto um milhões de euros (27.100.000€); com esta integração de um milhão e cem (1.100.000€), mais os dez ponto quatro milhões (10.400.000€) de saldo orçamental, fará um total de Orçamento corrigido, em previsão para 2017, de trinta e oito ponto sete milhões de euros (38.700.000€). Este é, sem dúvida, o maior Orçamento de sempre – mas realista – deste município.

E relativamente à sua distribuição por rubricas, como podem ver neste gráfico, é esta a apresentação, o documento que foi disponibilizado apresenta em detalhe a afetação do seu valor às rubricas do Orçamento.

Se houver qualquer questão, podemos esclarecer, penso que é a informação suficiente nesta fase.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre este assunto. Carla Babo e Luís Pinto. Não havendo mais ninguém para intervir, eu daria a palavra, então, à Dra. Carla Babo.



--- Carla Babo (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, colegas membros desta Assembleia, público presente, comunicação social, público que nos ouve através da Rádio Marcoense:

Com a aprovação desta revisão e com a entrada do saldo de dez milhões e quatrocentos e quarenta e sete mil euros (10.447.000€) da gerência de 2016, o Orçamento de 2017 passará a ser no montante de trinta e oito milhões, setecentos e setenta mil euros (38.770.000€). Trata-se, atente-se, como o Sr. Vereador referiu, do maior Orçamento de sempre da história deste Executivo, e o maior de sempre da história deste município, sendo realista, e que uma vez mais concretiza o rigor e a prudência na elaboração do Orçamento Municipal, assente numa projeção realista da receita e da despesa.

Ter um Orçamento desta dimensão só é possível graças à situação financeira equilibrada que o Município de Marco de Canaveses hoje atravessa, e que para além de permitir cumprir todos os compromissos financeiros a fornecedores, também nos coloca em excelentes condições para, mais uma vez, abordarmos o novo ciclo de oportunidades de financiamento comunitário, com a mesma intensidade e o mesmo nível de resultados alcançados no QREN de 2007-2014. Com a poupança efetuada ao longo destes anos, atingindo o saldo de dez milhões (10.000.000€), vemos reforçada a capacidade de acesso da Câmara Municipal aos fundos comunitários disponíveis no âmbito do Portugal 2020, designadamente ao nível do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Com efeito, quanto mais sólidas forem as nossas finanças públicas, mais preparados estaremos para enfrentar a incerteza e eventuais choques internos e externos, especialmente num tempo em que o Estado Central dá sinais claros de ataque à autonomia das autarquias, como foi veiculado pela comunicação social. A reforma do Estado avançará este ano, e que os novos mandatos autárquicos já terão novos poderes e competências. Quanto mais fortes forem as nossas finanças públicas, mais capazes seremos de aproveitar as janelas de desenvolvimento económico, de atração de investimento e de criação de postos de trabalho.

Na gestão de recursos financeiros, conseguimos promover o investimento necessário programado, cumprir as obrigações para com os trabalhadores, fornecedores e parceiros institucionais, em especial os que desenvolvem a sua atividade nos setores sociais, porque nós, Bancada do PSD, orgulhamo-nos disso: somos uma Câmara de contas certas, rigorosas e sustentáveis. Porém, os esforços feitos no Orçamento Municipal e no Plano de Investimentos para 2017 permitirão acima de tudo dar resposta a investimentos da iniciativa das associações locais, desportivas, culturais, sociais e até religiosas, nos seus edifícios sede e outros equipamentos, investimentos que se consideram necessários, tendo em vista a conclusão de alguns projetos, e que serão importantes como forma de promover a atividade local num setor que atravessa enormes dificuldades: a construção civil.

É por isso que dando continuidade à política de apoio a investimentos das instituições locais e das freguesias, se prevê com esta revisão das Grandes Opções do Plano poder injetar na economia local seis milhões de euros (6.000.000€), considerando o novo Plano de Investimentos. Por outro lado, dispendo o município de recursos financeiros que amealhou



desde 2005, faz todo o sentido utilizar parte desses recursos para fechar o enorme programa de pavimentações de vias que se promoveu ao longo destes anos, e do Plano de Mobilidade Sustentada, através da construção de passeios, cumprindo por outro lado os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia, com a população e com as famílias Marcoenses.

Como vimos, estão em curso projetos que irão mudar o paradigma de desenvolvimento urbano do concelho e deixarão o nosso concelho melhor para os nossos cidadãos e visitantes, um concelho mais organizado e estruturado para os anos vindouros. O início da construção do parque urbano, potenciando futuramente a ligação do centro da cidade ao Rio Tâmega, da construção do Centro Cultural de Marco de Canaveses, das escolas, de ETAR's e muitos outros.

Não poderia deixar de falar da construção do Centro de Bem Estar Animal, projeto que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Manuel Moreira, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo, Dr. Miguel Carneiro, abraçaram com a Animarco, a Associação dos Amigos dos Animais do Marco de Canaveses. A todos os amigos dos animais, bem hajam.

Em resumo, apesar de a situação no Marco de Canaveses ser estável e prometedora, com uma taxa de desemprego muito inferior à média nacional, com finanças públicas em ordem e com uma dinâmica económica assinalável, o Executivo Municipal tem a certeza que o futuro de Marco de Canaveses está melhor defendido pelo realismo, pela confiança e pelo rigor. Contas certas, políticas e políticos sérios, é esta a nossa marca.

Bem hajam.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Pinto.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretários, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros membros desta Assembleia Municipal, caras Marcoenses, caros Marcoenses:

A minha intervenção vai ser muito curta, mas acima de tudo é um ponto que a Bancada do Partido Social Democrata tem como honra, e esta Câmara Municipal também, que está a tentar passar-se uma mensagem de que nós fomos uns arquitetos de cosméticas, e de outras expressões que eu não me proponho utilizar, e que de um momento para o outro caíram dez milhões de euros (10.000.000€) do céu – pedimos a Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, por favor, envie-nos aí dez milhões de euros (10.000.000€) para o Marco de Canaveses, e ele, em boa graça, enviou-nos esses dez milhões de euros (10.000.000€). Mas, não foi assim. Não foi assim, e os Marcoenses têm que saber, e esta Câmara também tem que saber, e esta Assembleia Municipal, mais do que nunca, porque estamos na época do 25 de abril, 25 de abril é democracia, mas é também responsabilidade. E eu gostava muito que não fosse assim tão difícil vir aqui e dizer assim: “Parabéns. Podemos não concordar com muitas das opções, mas relativamente à gestão da Câmara Municipal, parabéns, fizeram um bom trabalho”, porque o fizeram mesmo. E depois tentou-se, aí sim com retórica cosmética, dizer “Parabéns aos Marcoenses, que o esforço é todo deles.” É verdade, mas também uma coisa que aqui os Marcoenses têm muito de parabéns, que parece que em 2005 fizeram a opção certa, parece que



em 2005 acertaram em quem, efetivamente, vinha para esta Câmara Municipal para a colocar novamente no trilho e no caminho correto. E outra coisa que não podem passar, é uma esponja sobre aquilo que foi, efetivamente, o caminho, um caminho de pedras, que deu muito trabalho, um caminho que nos levou hoje aqui a uma apresentação de uma execução, e que nos permite ter, efetivamente, dez milhões de euros (10.000.000€), mas não é para gastar “à balda”; é para mais uma vez investir no nosso concelho, porque é assim que nós sabemos estar cá.

Muitas das vezes querem esquecer que houve uma dívida, mas nós tínhamos duas (2) opções: ou empurrávamo-la com a barriga para a frente, e deixávamos de pagar aos nossos fornecedores, ou atrasávamos os pagamentos, como se faz noutra tipo de gestões até no nosso país, ou ser cumpridores. E nós tomámos a opção de ser cumpridores: pagamos aos nossos fornecedores, temos as nossas contas em dia, pagamos a nossa dívida à banca, como assim tem que ser, e tomámos uma opção de gestão, que foi: ou continuávamos com o Marco estagnado, ou partíamos para o caminho do cofinanciamento. E foi o que nós fizemos. Durante doze (12) anos, a Câmara Municipal poupou para garantir cofinanciamento do Estado ou das instituições europeias para fazer investimento no nosso concelho. E esse esforço resultou em que reembolsaram a Câmara Municipal em dez milhões de euros (10.000.000€), e é daí que vêm esses dez milhões de euros (10.000.000€), que estão hoje aqui à vossa votação para serem mais uma vez empregues para o investimento da nossa terra.

Portanto, terminando como comecei: política é fácil de fazer, retórica, principalmente cosmética, também é; mas era importante, era mesmo muito importante, ainda mais nesta fase que estamos a viver, dos quarenta e três (43) anos da comemoração da nossa democracia, que não tenhamos medo de dizer “parabéns”. Parabéns, porque, efetivamente, esta gestão, a nível financeiro, a nível de colocar esta Câmara em ordem, foi digna, excelente, daquilo que melhor há neste país e neste mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, ou a quem ele indicar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Eu só tenho, neste caso, em relação às intervenções que foram agora feitas pela Sra. Deputada Carla Babo e pelo Sr. Deputado, Dr. Luís Pinto, agradecer, naturalmente, os sublinhados que são de acordo com aquilo que é a nossa preocupação em procurar que o Orçamento que vamos agora pôr à vossa votação possa ficar dotado das verbas indispensáveis para cumprirmos os objetivos – aquilo que são as Grandes Opções do Plano – os objetivos que temos partilhados com as Juntas de Freguesia e com as nossas instituições do concelho, em termos de acrescentar valor ao nosso território, de desenvolvê-lo, dentro daquilo que o Orçamento também nos vai proporcionar, e é a nossa visão também para o futuro. É isso que, no fundo, aqui trazemos, e acho que sublinhar que é com gosto que sentimos que os Orçamentos que temos apresentado – e este, como sabem, foi o último Orçamento dos meus mandatos, e agora com esta revisão orçamental, tentámos sempre fazê-los de forma responsável, realista, tentar exatamente ver – porque o Orçamento é sempre um plano de intenções, da receita e também tentar alocar essa receita à despesa indispensável ao desenvolvimento do concelho. E nós temos procurado fazer essa execução também com este rigor, com esta transparência e com



esta verdade. E neste sentido, ficamos, naturalmente, satisfeitos, e acho que o Marco pode aqui ter mais uma pequena oportunidade, no exercício deste Orçamento de 2017, de podermos ter aqui estes quase trinta e nove milhões (39.000.000€), um Orçamento de quase trinta e nove milhões (39.000.000€), que é, de facto, o maior dos meus mandatos e dos meus pares, e é talvez – eu quase diria que tenho a certeza – o maior da própria democracia, destes quarenta (40) anos de democracia, do Poder Local, realista, ou seja, em que o Orçamento não está empolado, como tantas vezes o vimos ao longo dos anos, não só neste município, como em tantos outros, em que se põe, para se dizer que o concelho é grande, que é importante, Orçamentos de quarenta (40.000.000€), cinquenta (50.000.000€), cem milhões (100.000.000€), ou mais, para dizer exatamente que somos, realmente, um grande município, e depois, execuções, dos vinte (20%), trinta (30%) ou quarenta por cento (40%). Ora, isso aqui não aconteceu ao longo destes anos, e mais uma vez estou certo, mas só para o ano – na altura já não estarei nestas funções, será a próxima Câmara que, na altura, daqui a um ano, apresentará a Conta de Gerência de 2017, para ver que, com certeza, vamos todos fazer um esforço, não só da minha responsabilidade, até outubro, como também nos últimos dois (2) meses, da parte daqueles que vierem soberanamente a ser escolhidos pelos Marcoenses.

Por isso, da nossa parte, naturalmente, tentámos, e vamos fazer tudo para corresponder aos anseios da nossa população, dos seus representantes legítimos, que são as Juntas de Freguesia, e é também, naturalmente, esta Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Vamos, então, à votação, e iríamos votar por Partidos ainda.

PCP/PEV: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Um (1) voto a favor.

Marco Positivo: Quem vota contra? Quem se abstém?

Marco Confiante com Ferreira Torres: Quem vota contra? Quem se abstém? Duas (2) abstenções.

Partido Socialista: Quem vota contra? Quem se abstém? Duas (2). Quem vota a favor? Sete (7).

PPD/PSD: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Foi aprovada esta 1.ª Revisão com vinte e seis (26) a favor, e seis (6) abstenções.

Passamos, então, ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal respeitante ao Concurso Público Aquisição de Energia Elétrica – Agrupamento de Entidades Adjudicantes – Relatório Final – CIMTS.

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados.



Muito brevemente dizer que entendemos que seria, no âmbito da nossa Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que devíamos promover este concurso internacional para a aquisição de energia elétrica, no regime de mercado livre. Como sabem, felizmente – e acho que isso é também uma evolução, e foi realmente um avanço positivo, termos um mercado elétrico liberalizado, e nesse sentido estamos exatamente agora a trazer à consideração da Assembleia, como já o fizemos em relação à Câmara Municipal, este concurso internacional que foi feito no âmbito da CIM, e para, realmente, fazermos a adjudicação e podermos fazer assim a aquisição da energia elétrica no âmbito do mercado livre, de acordo com o relatório final que está presente aos Srs. Deputados, e que estou certo que nos vai dar e permitir uma oportunidade de termos uma outra capacidade de podermos ter energia elétrica numa responsabilidade maior em todo o território municipal, com um preço, naturalmente, mais económico, que também possa ajudar a poupar algum esforço financeiro nesta área, como sabem, de grande responsabilidade também para o município, uma vez que é o município que assume a maior parte, ou melhor, toda a responsabilidade naquilo que é a energia pública, não só a iluminação pública, mas também dos nossos equipamentos, que são do património do município.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra aos Srs. Deputados que queiram intervir sobre este assunto. Não havendo, iríamos pôr à votação, e iria pôr em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.5**, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, para autorização para assunção de encargos plurianuais com a abertura de procedimento, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para a “Celebração de contrato de gestão de Eficiência Energética ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, para implementação de Medidas de Eficiência Energética no Sistema de Iluminação Pública”.

Eu daria a palavra ao Executivo para fazer a introdução do ponto, caso desejem.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, é o Sr. Vice-presidente, Eng.º José Mota.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito boa noite a todos. Mais uma vez, agradeço a vossa atenção. E com a autorização do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Assembleia, passaria, então, a explicar o ponto que a Câmara vos propõe.

Como já tinha sido de alguma forma referido noutras reuniões da Assembleia Municipal, a Câmara estava a estudar a possibilidade de lançar um concurso para a substituição da iluminação pública por tecnologia LED, tendo em consideração as economias significativas que daí resultam. Tendo em consideração também a disponibilização, no quadro legal atual em vigor, de um modelo de intervenção nesta área que prevê que possa ser feito o investimento por empresas devidamente certificadas pelo Ministério da Economia, nomeadamente pela Direção Geral de Geologia e Energia, no âmbito de um novo conceito chamado ESE, que são as Entidades do Setor Elétrico, analisadas essas vantagens que daí resultam, entendeu este



Executivo propor em reunião do órgão executivo, e que foi aprovado, e trazer agora à Assembleia, o lançamento de um procedimento concursal para a contratação de uma entidade que promova a substituição das luminárias de iluminação pública por tecnologia LED, no âmbito desse novo modelo que é conhecido por ESE – Entidades do Setor Elétrico, e que assenta de forma simples na seguinte situação: há uma entidade externa, como digo, certificada, que se apresenta ao concurso numa base que nós podemos considerar de pré-qualificação, uma vez que é o próprio Ministério, por intermédio da Direção Geral, que identifica e certifica que essas entidades são competentes, do ponto de vista técnico e financeiro, para promoverem esse investimento, e são essas as entidades que podem concorrer. Para isso, é necessário ter um trabalho prévio de caracterização da nossa realidade, é feita uma auditoria energética que assenta no cadastro da nossa infraestrutura elétrica, e que eu resumiria em meia dúzia de elementos para que nós todos possamos compreender melhor.

O concelho, os tais duzentos e dois quilómetros quadrados (202 km²) que constituem o nosso Concelho do Marco têm uma rede de iluminação pública que assenta em trezentos e trinta e cinco (335) postes de transformação, e tem cerca de vinte mil (20.000), não chega bem a vinte mil (20.000) luminárias. Essas luminárias dividem-se por vários tipos, nomeadamente iluminação rural, iluminação urbana, iluminação decorativa; depois, digamos, as lâmpadas são, na sua grande maioria, de vapor de sódio (oitenta e três por cento (83%)), dezasseis por cento (16%) são de mercúrio, e apenas um por cento (1%) têm outras tecnologias, nomeadamente iodetos e algumas LED's também que já temos.

Dentro disto, como sabem também, em determinado momento este Executivo entendeu que deveríamos desligar algumas luminárias, no sentido de promover alguma poupança de energia. Mas, para este estudo, essas luminárias foram de novo religadas, para que se analisasse qual é o potencial de consumo, em quilowatts-hora / ano, da nossa rede pública. E para que saibam, nós temos, então, analisada a média dos anos de 2012 a 2014 – que são os dados que estão disponíveis, ou estavam disponíveis no final do ano passado, quando este trabalho foi desenvolvido – nós tínhamos um consumo estimado de sete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e cem (7.357.100) quilowatts-hora / ano, que pela religação das oitocentas (800) luminárias que estavam desligadas e foram ligadas, passaria, então, para cerca de sete milhões, setecentos e trinta e cinco mil e setecentos (7.735.700) quilowatts-hora / ano, uma potência instalada de mil, setecentos e setenta (1.770) quilowatts.

Analisadas as várias luminárias, e aquelas que seriam passíveis de ser transferidas, então, para tecnologia LED, nomeadamente as de vapor de sódio e de mercúrio, foi identificado, digamos assim, um potencial de alteração para dezasseis mil, seiscentas e cinquenta e cinco (16.655) luminárias. E com base, então, na caracterização técnica, nomeadamente nas potências que estão e na tecnologia associada, a auditoria energética que foi realizada estima que é possível obter uma poupança que varia entre sessenta e cinco (65%) a sessenta e nove por cento (69%) do atual nível de consumo. Tendo em consideração os preços à data, a estimativa de poupança varia entre seiscentos e cinquenta e três mil euros (653.000€) por ano, e seiscentos e noventa e três mil euros (693.000€) por ano. O investimento previsto também para este conjunto de luminárias varia, porque, naturalmente, vai haver um concurso agora, há vários agentes no mercado, há várias marcas, e portanto, temos aqui uma estimativa de um custo que varia entre quatro ponto quatro milhões de euros (4.400.000€) e cinco milhões de euros (5.000.000€).



Nestas condições, a auditoria realizada aponta para um período de retorno do investimento simples – sem entrar com equações financeiras mais complexas – inferior a sete (7) anos.

Neste sentido, então, a Câmara propõe que seja aberto o procedimento concursal para que, no âmbito das tais entidades como referi, Entidades do Setor Elétrico, Modelo ESE, e de acordo com o caderno de encargos e programa de concurso que foi disponibilizado, se promova a abertura desse procedimento para que concorram entidades certificadas e venham, digamos, dizer como é que se propõem repartir os benefícios desta poupança, determinando o caderno de encargos que a remuneração mínima para o setor ou ente público será de dez por cento (10%) da poupança. Portanto, isso é o mínimo que nós exigimos que a entidade que vai fazer o investimento nos entregue. Mas a partir daí, como sabem, isto agora é uma equação em que entram essencialmente duas (2) variáveis: uma é o valor do dinheiro, outra é o tempo em que esse dinheiro é realizado. E portanto, há um modelo financeiro que está assente na Legislação, há portarias e decretos-lei que regulamentam, e que, naturalmente, é matemática financeira, é possível comparar diferentes valores para diferentes períodos de tempo. Como disse, é expectável recuperar o investimento em sete (7) anos, mas pode haver uma entidade, por exemplo, que nos dá mais dinheiro mas num período mais longo, e pode haver outra entidade que nos dá menos dinheiro, mas num período mais curto. E é o modelo financeiro que está presente também nos documentos que vai permitir comparar qual é a proposta financeiramente mais favorável para o município.

Portanto, com este modelo a Câmara não gasta no investimento de substituição das luminárias, e a poupança que resultar vai ser repartida entre a Câmara (entre o município) e a entidade que ganhar o concurso. Vai ser repartida de forma percentual, e vai ser repartida num período de tempo. São estas duas (2) variáveis que vão ser analisadas pelo júri, e que vão determinar quem é a empresa que ganha o concurso. A partir do momento em que esse período termina – e o caderno de encargos também determina que o período máximo que nós admitimos é doze (12) anos, não admitimos mais do que doze (12) anos – a partir daí a poupança resulta toda para o município.

Pronto, este é o modelo que está a ser desenvolvido noutros municípios. Aqui na nossa comunidade urbana sabemos que o município que está mais avançado neste processo, exatamente igual, é o Município de Paços de Ferreira, mas temos o Município de Peniche, por exemplo, o Município de Nelas, para dar exemplos de outras latitudes, onde este modelo está também a ser implementado.

E pronto, penso que, de forma simples, com alguns indicadores, era isto que gostava de vos apresentar. Se houver alguma dúvida que eu possa esclarecer, estou à disposição.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria agora a palavra aos Srs. Deputados, caso desejem intervir sobre este assunto. Penso que não há intervenções, vamos pôr à votação. E portanto, eu proponha que pudéssemos pôr à votação em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado, e aprovado por unanimidade.



--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Permite-me uma nota? Eu peço desculpa, eu tinha aqui uma explicação que eu gostava de dar, e que já dei aos meus colegas vereadores na reunião de Executivo. Se repararem, no documento do caderno de encargos há uma parte, que é o capítulo treze (13), que tem a ver com a resolução de litígios. E como isto é um aspeto crítico, e para mim muito sério, porque nomeadamente na experiência do processo das Águas do Marco não tem corrido bem, naturalmente que estes processos apelam sempre a que quando houver alguma diferença entre as duas (2) partes, que as partes devem tentar entender-se, e que se não se entenderem, têm que recorrer a entidades externas para que o litígio seja dirimido. E diz, então, que após um processo de conciliação, há recurso a um processo de arbitragem. E como a arbitragem tem regras, e nomeadamente se apela ao regulamento do Tribunal Arbitral do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto, eu tive a preocupação de incluir no procedimento, no Ponto 3, o seguinte, e passo a ler: *“Sem prejuízo do disposto no número anterior, as partes convencionam, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 39.º da Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro, que a sentença arbitral será suscetível de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Norte, a processar conforme previsto no Código do Processo dos Tribunais Administrativos”*, que é para não haver mais dúvidas sobre se há direito a recurso, ou se não há direito a recurso.

Peço desculpa pela atenção. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Passamos, então, ao Ponto n.º 3.6, e eu iria ler os Pontos n.º 3.6 e 3.7, penso que depois a Sra. Vereadora vai explicar os dois (2) pontos em conjunto, e iremos votá-los em separado, como é normal.

Ponto n.º 3.6, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, para a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Sande e São Lourenço do Douro.

Iria ler de seguida o **Ponto n.º 3.7**, Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, para a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Soalhães.

Eu iria dar a palavra ao Executivo para fazer a introdução do ponto, à Dra. Gorete Monteiro.

--- Gorete Monteiro (Vereadora) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, caros deputados, comunicação social e público, assim como Marcoenses que nos ouvem através da Rádio Marcoense:

Agradeço a junção destes pontos, destes dois (2) pontos, atendendo a que, apesar de as Juntas de Freguesia serem diferentes, o tema é o mesmo. E portanto, tendo em conta as competências que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm no âmbito da educação, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia devem proceder à negociação, no sentido de acordarem a melhor forma de transferência e de racionalização dos recursos a transferir, com o respeito pela melhoria da qualidade dos serviços.



Face aos constrangimentos à contratação de recursos humanos por parte do município, bem como ao reconhecido interesse público e à urgência de assegurar o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar do município, no que diz respeito ao pessoal não docente, torna-se necessária esta decisão de transferir para as Juntas de Freguesia esta competência, acompanhada, como é óbvio, dos respetivos recursos financeiros, os subsídios para isso. Ou seja, tem a ver com a falta, ou a ausência prolongada, no caso aqui neste ano letivo, e nestas duas (2) situações, até ao final do ano letivo, pelas auxiliares de ação educativa da Câmara Municipal, e tendo em conta o constrangimento e a dificuldade em assegurar a sua substituição, é solicitado, à semelhança do que acontecia já anteriormente, às Juntas de Freguesia para procederem a esta substituição.

Agora com a nova Legislação, e com a existência dos contratos interadministrativos, e como isto configura uma delegação de competências – sendo certo que a termo certo, até ao final do ano letivo – carece na mesma da elaboração destes contratos interadministrativos para assegurar esta contratação e para esta delegação de competências.

E no fundo, é isto que aqui vem, é uma delegação de competências, é uma solicitação às Juntas de Freguesia para a substituição da auxiliar de ação educativa da Câmara Municipal, que se encontra ausente ao serviço, e esta solicitação, este protocolo, este contrato que visa esta delegação de competências, e como é óbvio, a obrigatoriedade e o compromisso da transferência da comparticipação financeira à Junta de Freguesia relativa a esta prestação de serviços.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados e Deputadas que desejarem intervir sobre este assunto. Não havendo intervenções a fazer, iria pôr à votação. E portanto, iria pôr à votação o Ponto n.º 3.6. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passaríamos agora à votação do Ponto n.º 3.7. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado também por unanimidade.

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.8**, e penúltimo, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2017.

Daria a palavra ao Executivo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Ao Vice-presidente da Câmara, para apresentação da proposta.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vice-presidente, tem a palavra.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Mais uma vez, agradeço a atenção.



O ponto que nós aqui trazemos tem a ver com uma alteração ao Mapa de Pessoal que decorre de uma reestruturação dos serviços internos, ao abrigo de uma prerrogativa que a atual Lei prevê, e que se insere naquilo a que se chama genericamente “mobilidade”. Como sabem, de há uns anos a esta parte, toda a estruturação de carreira está congelada – portanto, não há progressões, a não ser aquelas atualizações salariais normais, pontuais, aqui ou ali, mas, de facto, tem estado tudo muito congelado, como se costuma dizer. E entretanto, surgiu no âmbito do diploma legal que consagra as várias modalidades de mobilidade, em concreto naquilo que nós aqui aplicamos, mobilidade intercarreira ou intercategorias. E fruto também – e fazia apelo a que se recordassem daquele mapa que há pouco o meu colega Vítor Gonçalo apresentou, no âmbito da Prestação de Contas, da caracterização do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal – como é visível, tem havido uma evolução no sentido da diminuição significativa dos recursos humanos da Câmara Municipal, e portanto, nós temos que também ir, permitam-me a expressão, tirando partido de alguma melhoria da qualificação que os nossos recursos humanos também vão tendo, e em particular, fruto da progressão de estudos, e também, naturalmente, da possibilidade que daí decorre para o município de podermos atribuir outras tarefas, outras responsabilidades a recursos que já estão alocados dentro da Câmara Municipal.

E é nesse sentido que, no âmbito de uma primeira decisão que já foi tomada, embora haja mais processos em curso neste momento – e portanto, naturalmente, voltaremos a falar deste assunto numa próxima reunião da Assembleia Municipal – há necessidade, então, de criar no Mapa de Pessoal lugares suficientes para que as pessoas que estão ao abrigo da mobilidade possam, de facto, vir mais tarde a consolidar essa situação, na medida em que a sua prestação assim corresponda. E nesse sentido, propomos, então, a criação de quatro (4) lugares de técnicos superiores, e de quinze (15) lugares de assistentes técnicos, que têm essencialmente a ver, como digo, no caso dos assistentes técnicos, eram colaboradores que estão na Câmara Municipal e que tinham a categoria de assistentes operacionais, mas que, fruto da sua progressão de estudos, por exemplo, completaram o décimo segundo ano, e portanto, reúnem as condições, do ponto de vista das exigências legais, e também correspondem ao exercício de funções com mais responsabilidade do que aquelas que estão referenciadas para assistentes operacionais. E naturalmente, está reunida a terceira condição, que é haver dotação orçamental para poder fazer o acréscimo da remuneração no final do mês.

São também quatro (4) lugares de técnicos superiores, e que tem a ver exatamente com colaboradores da Câmara que prosseguiram os estudos, e que terminaram as suas licenciaturas, e que a Câmara tem benefício em que essas pessoas exerçam, assumam outras responsabilidades no âmbito da Câmara Municipal.

E são esses lugares, então, que nós propomos à Assembleia Municipal que considere, no sentido de ser aprovado o novo Mapa de Pessoal.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Os Srs. Deputados que desejarem intervir. Mário Bruno. Portanto, daríamos a palavra, então, ao Sr. Deputado Mário Bruno.



--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente e caros secretários, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, caríssimos vereadores, caríssimos colegas, estimado público:

Relativamente à questão do Mapa de Pessoal, eu gostaria só de fazer aqui uma pequena reflexão: é, de facto, uma realidade que a Câmara Municipal tem vindo a diminuir os quadros dos seus trabalhadores, nomeadamente dos quadros menos classificados ou qualificados. Isso é uma verdade, mas é verdade que as Juntas de Freguesia e os Presidentes de Junta têm vindo a aumentar o seu quadro com o pessoal. Ou seja, se a Câmara Municipal diminui o quadro com o seu pessoal, nomeadamente manobreadores, pessoas das ruas, limpezas, tratamentos de água, esgotos, as Juntas de Freguesia têm vindo a aumentar o seu pessoal. E eu não sou contra a progressão na carreira, e muito menos estas pessoas que estavam a trabalhar e estudaram, e acho que elas devem ter sucesso, e têm todo o direito, por isso o meu voto é a favor; agora, o que eu não posso é aceitar é que cada vez mais se reduza o número de pessoal efetivo que apoia as Juntas de Freguesia e as nossas ruas, as nossas estradas, e isso reflete-se que as nossas ruas não estão limpas, as nossas rotundas estão cada vez mais cheias de erva e cheias de mato, e deve-se a este facto: é que aposta-se nos quadros superiores – e apoio, tem aqui o meu apoio, e voto a favor – mas reduz-se ao máximo o pessoal trabalhador, mais do dia a dia, junto da população, e isto não é servir bem a população, bem pelo contrário. Agora, a Câmara Municipal pode e deve salvaguardar esta posição através dos contratos interadministrativos, ou recorrendo a regime de *outsourcing*. Agora, nós, nas Juntas de Freguesia, e eu falo pela minha – e naturalmente que todos os Presidentes de Junta que aqui estão devem partilhar da mesma opinião, pelo menos os Presidentes de Junta – temos tido esta dificuldade: aumentar os quadros técnicos em mais quatro (4) pessoas não é o problema; o problema é que diminui o pessoal do dia a dia de trabalho – já são poucas horas, todos nós sabemos como é que as coisas funcionam, chegam ao local à hora, depois têm que vir almoçar, depois da parte da tarde, depois chegam à Câmara à hora que todos nós sabemos também, e a verdade é que pouco ou nada se faz. E eu não ouço aqui falar nisto. E eu pedia a colaboração da Câmara Municipal nesse sentido.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Vice-presidente, Sr. Eng.º José Mota, para dar os esclarecimentos que achar necessários.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Bom, Sr. Deputado, como penso que sabe, a redução do número de pessoal na Câmara Municipal não foi por vontade própria do município; a redução do Mapa de Pessoal decorreu de uma imposição legal, no âmbito da reestruturação do Estado, em que nomeadamente por causa também da dívida – e é engraçado que a gente, de vez em quando, tem que falar da dívida – em determinados anos a Câmara foi obrigada – foi obrigada – a reduzir, nuns anos, dois por cento (2%), noutros anos, três por cento (3%), fazendo o balanço do número de colaboradores ao dia 1 de janeiro e ao dia 31 de dezembro do respetivo ano. Lembro que por essa razão também, quando foi a reestruturação dos serviços, a Câmara do Marco teve que reduzir de quatro (4) departamentos para dois (2) departamentos, e perdeu nomeadamente duas (2) chefias de divisão. Portanto, isto não são opções do Executivo; são o cumprimento de normas obrigatórias



a que o município esteve sujeito. Lembro, por exemplo, que num determinado ano, quando o nosso número de colaboradores ainda era superior a quatrocentos (400), a Câmara teve que reduzir três por cento (3%). Quer dizer que nesse ano, para entrar duas (2) pessoas, tiveram que sair catorze (14). Felizmente, a Câmara nunca teve que prescindir de nenhum colaborador por vontade própria, porque, felizmente – e este “felizmente” é entre muitas aspas – o nível de redução que veio por via da aposentação ou da saída voluntária de alguns colaboradores foi suficiente para cumprir essa redução. Qual foi o ónus? É que essas pessoas, de facto, saíram – como o Sr. Presidente da Junta diz, e muito bem – e não houve a possibilidade de entrar. Pronto. Mas, de facto, é verdade que houve a possibilidade de contratar algumas pessoas. É verdade, e por isso, Sr. Deputado, Sr. Presidente de Junta, é que em 2005, o nível – e eu gostava que estas palavras não fossem mal interpretadas, porque eu respeito toda a gente, tenho por todos imensa estima e consideração, mas, de facto, uma Câmara como a nossa, que tinha mais de quatrocentos e cinquenta (450) trabalhadores, tinha apenas cinco por cento (5%) de técnicos superiores. Eu volto a dizer, cinco por cento (5%) de técnicos superiores. E neste momento tem vinte e dois por cento (22%) de técnicos superiores. Portanto, sinceramente, eu não estou contente, não estou feliz, estou apenas a constatar um facto, que acho que, apesar de tudo, é positivo.

Agora, o que acontece, de facto – e vai ao encontro da preocupação do Sr. Deputado, que é a minha também – é que ao nível do pessoal dito operacional, nós temos vindo a ter uma diminuição muito grande, e não tem sido possível repor, porque, de facto, fomos obrigados a reduzir. E exatamente por isso é que, entretanto, surgiram novas figuras, nomeadamente ao nível da contratação, que permitem, por exemplo, transferir para as Juntas de Freguesia mais responsabilidades, na medida em que as Juntas de Freguesia o queiram assumir, e por exemplo, possa ir um envelope financeiro – que nós sabemos que é sempre apertado, porque também o é quando ele está do lado da Câmara – para fazer, por exemplo, a limpeza das ruas, ou a manutenção dos espaços verdes (que nós ainda não avançámos por aí), ou outro tipo de atividades. Portanto, a preocupação que o Sr. Deputado tem quanto à diminuição do nosso pessoal da área operacional, eu acompanho-o, mas naturalmente que em determinado momento temos que fazer escolhas, e dado o reduzidíssimo nível de técnicos superiores na Câmara Municipal, houve – é verdade – uma aposta na contratação, de alguma forma, de um número crescente de técnicos superiores; contratação, ou como é o caso, valorização de alguns que até já cá estavam. E se até tinham essas ferramentas, por que não tirar partido delas?

Portanto, essas pessoas a que estamos hoje a reportar-nos não tiraram o lugar a ninguém; não tiraram o lugar a ninguém. Estamos a falar essencialmente de pessoas que têm funções na área do apoio administrativo, e que porque muitas delas até já tinham responsabilidades superiores àquelas que corresponderiam à categoria em que estavam, vão de alguma forma ver cumprida alguma justiça relativamente a isso. Agora, a sua preocupação quanto à falta de elementos, eu acompanho-o; acho é que, e estando ligado ao mundo empresarial, como sei que está, como sabe, hoje – trabalha numa empresa privada, é isso que eu quero dizer, peço desculpa se fui mal entendido – hoje há outras ferramentas que passam, exatamente, desculpem o palavrão, por utilizar *outsourcing* para cumprir algumas tarefas que, de facto, é difícil continuar a contratar recursos humanos, porque como sabem, este novo modelo a que nós chamamos genericamente de mobilidade no setor público não apela à contratação de novos colaboradores; apela exatamente à mobilidade de colaboradores que já têm vínculo – agora aquilo que na nova, perdoem-me, gíria administrativa se diz “relação jurídica de emprego público”, e aqueles que já



estão, nomeadamente nos procedimentos concursais, passam à frente dos outros todos, como nós sabemos que já aconteceu no nosso município. Portanto, a nova filosofia – e não está aqui em causa se concordamos ou discordamos – da contratação de recursos humanos para a administração pública é otimizar os que já cá estão em detrimento de contratar novos, o que não quer dizer que não continuemos a poder contratar, dentro de baias muito apertadas.

Mas, volto a dizer: o que está aqui em causa é essencialmente a valorização dos recursos que já temos, que investiram na sua formação, que progrediram desse ponto de vista, e que acho que também podem prestar um melhor serviço ao município.

Era só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dados os esclarecimentos, nós iríamos pôr à votação, e se me permitem, votaríamos em bloco novamente. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao **Ponto n.º 3.9**, e é só para tomada de conhecimento: Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA.

Portanto, é para tomada de conhecimento, penso que os Srs. Deputados tomaram todos conhecimento. Caso não tenham questões a ser colocadas ao Executivo, está dado conhecimento pela informação que os senhores possuem nos vossos documentos.

Irámos, então, pôr à aprovação em minuta.

--- Maria Estela Freitas (2.ª Secretária, PPD/PSD) ---

Obrigada. Peço a vossa atenção para a votação de alguns pontos aqui deliberados em minuta, por favor.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.2, foi o mesmo aprovado por maioria, com vinte (20) votos a favor, e treze (13) abstenções. Para aprovação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.3, foi o mesmo aprovado por maioria, com vinte e seis (26) votos a favor, zero (00) votos contra, e seis (6) abstenções. Para aprovação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.4, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Para aprovação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

O Ponto n.º 3.5 foi aprovado por unanimidade. A respetiva minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.



Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.6, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Para aprovação da respetiva minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.7, foi o mesmo aprovado por unanimidade. A respetiva minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Depois de discutido o assunto referido no Ponto n.º 3.8, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovada por unanimidade.

Obrigada pela vossa atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, está concluída e está fechada a Assembleia de abril. Desejo a todos um bom fim de semana e bom regresso a casa. Boa noite.